

dufl



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1998



FNDE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1998



FNDE

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Fernando Henrique Cardoso

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Paulo Renato Souza

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Luciano Oliva Patrício

**SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO**
Mônica Messenberg Guimarães

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Vinicius de Lara

DIRETOR DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS
Pedro Crisóstomo Rosário

DIRETORA DE AÇÕES E ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL
Maria Elza da Silva

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO
Wilson Roberto Trezza

PROCURADORA GERAL
Eliana Alves de Almeida Sartori

CHEFE DA AUDITORIA INTERNA
Maria Batista da Silva

37.014.543(047)
F981 n
1999

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO, 3

1. INTRODUÇÃO, 4

2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS, 7

3. SECRETARIA-EXECUTIVA, 9

- 3.1. GABINETE, 9
- 3.2. PROCURADORIA-GERAL, 10
- 3.3. AUDITORIA INTERNA, 11

4. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, 13

- 4.1. SALÁRIO-EDUCAÇÃO, 13
 - 4.1.1. ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO, 14
- 4.2. SISTEMA DE MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SME, 15
- 4.3. PROGRAMA INTEGRADO DE INSPEÇÃO EM EMPRESAS E ESCOLA – PROINSPE, 16
- 4.4. ORÇAMENTO, 17
- 4.5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, 18
- 4.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA, 22
- 4.7. CONTABILIDADE, 22
- 4.8. PRESTAÇÃO DE CONTAS, 22
- 4.9. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEF, 23

5. DIRETORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS, 26

- 5.1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS – ESTATÍSTICA, 26
- 5.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, 26
- 5.3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 27
- 5.4. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO NORDESTE PROJETO NORDESTE, 28
- 5.5. PROGRAMA DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO – PROINFO, 29
- 5.6. FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA – FUNDESCOLA, 29
- 5.7. PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO, 30
- 5.8. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL, 30
- 5.9. PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNTE, 31
- 5.10. PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR – PNSE, 31
- 5.11. EDUCAÇÃO ESPECIAL, 32

6. DIRETORIA DE AÇÕES E ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL, 34

- 6.1. PROGRAMA DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL – PMDE, 34
- 6.2. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DO ESCOLA – PNAE, 36
- 6.3. PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA – PGRM, 38

7. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO, 41

- 7.1. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO –PNLD, 41
- 7.2. PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE, 44
- 7.3. PROGRAMA NACIONAL DE EDITORAÇÃO, 45
- 7.4. ADMINISTRAÇÃO, 46
 - 7.4.1. PROJETOS DE INFORMÁTICA, 47
 - 7.4.2. RECURSOS HUMANOS, 48

ANEXO 1 – DIAFI

ANEXO 2 – DPPE

ANEXO 3 – DAAE

ANEXO 4 – DIAP

APRESENTAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE chega aos 30 anos cada vez mais presente na vida de 35 milhões de estudantes brasileiros. Nos últimos quatro anos, com a aplicação de verbas em programas que resultam em melhoria da qualidade de vida dos alunos, foram criadas condições para que os recursos da Educação chegassem, de maneira rápida e eficaz, à comunidade escolar.

Em 1998, o FNDE prestou assistência financeira a projetos de educação pré-escolar, ensino fundamental regular, educação de jovens e adultos, indígena e especial. Os avanços alcançados, em cada programa, envolvem não apenas o aumento do volume de recursos mas também a ampliação da abrangência de atendimento.

Ao explorar cada demonstrativo tem-se a dimensão exata da atuação da Autarquia, da captação à aplicação dos recursos financeiros. Os resultados atingidos superam a expectativa, sinalizando que este é o caminho certo para, junto com entidades federais, estaduais, municipais e organizações não-governamentais, assegurar o ensino de qualidade que a população almeja.

Ao assumir, em março, a Diretoria enfrentou os percalços decorrentes de proibições impostas pela lei eleitoral, restrições orçamentárias, complexidade do processo de descentralização, e outros. Contudo, com comprometimento e cooperação do corpo funcional obteve-se resultados que estimulam a continuidade de busca do cumprimento da missão institucional.

MÔNICA MESSEMBERG GUIMARÃES
Secretária-Executiva do FNDE

1. INTRODUÇÃO

O FNDE é responsável pela execução de importantes programas sociais, gerindo recursos aplicados pelo Governo Federal na Educação Fundamental e propiciando condições para melhorar a qualidade do ensino público ministrado em todo país. Este relatório tem por escopo pormenorizar as ações empreendidas no decorrer do ano de 1998, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação, na busca do atingimento das metas estabelecidas pelo Programa Toda Criança na Escola.

Ressalte-se a atuação do FNDE no repasse dos recursos oriundos do Salário-Educação, a todos os 26 estados e Distrito Federal, para aplicação exclusiva no ensino fundamental. O Salário-Educação é a principal fonte de recursos para fazer face aos programas financiados pela Autarquia. Apesar da queda de cerca de 12% na arrecadação, se comparada ao ano anterior, constata-se que em 1998 houve melhor distribuição dos recursos.

Além disso, foi relevante a efetiva implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, que revolucionou a assistência financeira da educação, ao destinar 15% do total de 25% da receita resultante de impostos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, pelos estados e municípios, conforme determinado pela Constituição Federal.

O Governo Federal vem ampliando sua abrangência no atendimento na área educacional, intensificando o processo de descentralização de suas ações e otimizando o uso dos recursos públicos destinados ao ensino fundamental, conforme descrito no decorrer deste trabalho. A seguir, alguns dos Programas executados pelo FNDE.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa consiste na transferência de recursos financeiros a instituições voltadas para o ensino fundamental, em nível federal, estadual, municipal e ao Distrito Federal; e a organizações não-governamentais, do ensino especial e pré-escolar, para aquisição e oferecimento de alimentação contendo no mínimo 350 kcal diárias, durante os dias de efetivo trabalho escolar. Visa a melhoria da capacidade de aprendizagem, diminuição da evasão e repetência escolares e formação de bons hábitos alimentares. No ano de 1998, o volume de recursos aplicados no Programa apresentou expressivo incremento, quando comparado aos exercícios anteriores.

PTA – Plano de Trabalho Anual

Tratam-se de projetos de assistência financeira para construção, ampliação, reforma de escolas, aquisição de equipamentos, material didático-pedagógico e capacitação de professores, entre outros, que visam à melhoria qualitativa e quantitativa do ensino, por intermédio da implementação de ações que beneficiam alunos da pré-escola, do ensino fundamental regular, da educação especial, indígena e jovens e adultos.

PNTE – Programa Nacional de Transporte do Escolar

O Transporte do Escolar destacou-se, este ano, como um dos principais instrumentos para que milhares de crianças freqüentassem os bancos escolares, principalmente as moradoras da zona rural, contribuindo para que o Programa Toda Criança na Escola apresentasse resultados positivos. Em relação ao exercício anterior, registrou-se crescimento de 270% no repasse de recursos às entidades convenientes e incremento no número de instituições atendidas.

PMDE – Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

O Programa, popularmente conhecido como Dinheiro na Escola, é executado de forma descentralizada. Os recursos financeiros são repassados às escolas públicas estaduais e municipais e do Distrito Federal que ministram o ensino fundamental, e às organizações não-governamentais sem fins lucrativos, que ministram a educação especial, para manutenção do ensino e conservação física da escola, garantindo a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento. Com a criação de unidades executoras, como as Associações de Pais e Mestres, a comunidade participa da vida escolar decidindo, em conjunto com a diretoria da escola, onde, quando e como aplicar os recursos. De 1995 a 1998, o número de unidades executoras, beneficiadas pelo Programa, aumentou de 11.643 para 54.591, representando um crescimento de 368%.

PNSE – Programa Nacional de Saúde do Escolar

O Programa atendeu às regiões mais carentes do Brasil, garantindo recursos para a compra de material de higiene, realização de exames clínicos preventivos e desenvolvimento de uma nova cultura de promoção da saúde. Visa sanar problemas que interferem na saúde e no processo ensino-aprendizagem da clientela escolar.

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

O Livro Didático é adquirido de forma centralizada, exceto nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, e distribuído às escolas antes do início das aulas. O FNDE destaca-se, em âmbito internacional, como sendo o maior comprador de livros didáticos do mundo. No próximo ano será iniciada uma ampla campanha, voltada aos alunos, pais e professores, com objetivo de estimular a conservação desse material. Além disso, desenvolve-se trabalho para melhorar a qualidade do material empregado na confecção do livro, que tem possibilitado a sua reutilização por três períodos letivos.

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

Com os recursos adicionais disponibilizados foi possível montar e distribuir uma biblioteca com obras da literatura brasileira antes nunca editadas numa tiragem tão expressiva. *Os Sermões*, do Padre Antônio Vieira, composta por 12 volumes, foi uma das obras fornecidas a 20 mil escolas públicas, de 1ª a 8ª série. Também foram adquiridos globos terrestres, mapas, dicionários e enciclopédias que fazem parte do acervo que conta a história política, econômica, social e cultural do País.

2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

O FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC, foi criado em 21/11/68, pela Lei nº 5.537. Sua missão é captar recursos financeiros e destiná-los ao financiamento do ensino e pesquisa e, sobretudo, prestar assistência financeira a projetos e programas voltados ao Ensino Fundamental público brasileiro. Para isso conta com duas fontes principais de recursos: o Tesouro Nacional e o Salário-Educação.

As ações do FNDE são norteadas por decisões emanadas do Conselho Deliberativo, presidido pelo Ministro da Educação, cabendo ao Secretário-Executivo o assessoramento e execução das ações decorrentes das decisões do órgão colegiado.

No desempenho de suas atividades o FNDE contou, até 1998, com o apoio das Delegacias do MEC - DEMEC, situadas nas capitais dos Estados, as quais atuaram no âmbito de cada Unidade Federada orientando, acompanhando e fiscalizando o processo de arrecadação do Salário-Educação e a execução dos projetos e programas financiados pela Autarquia, inclusive recebendo e avaliando as respectivas prestações de contas. Por meio do Decreto n. 2.890, de 21/12/98, as DEMEC foram extintas.

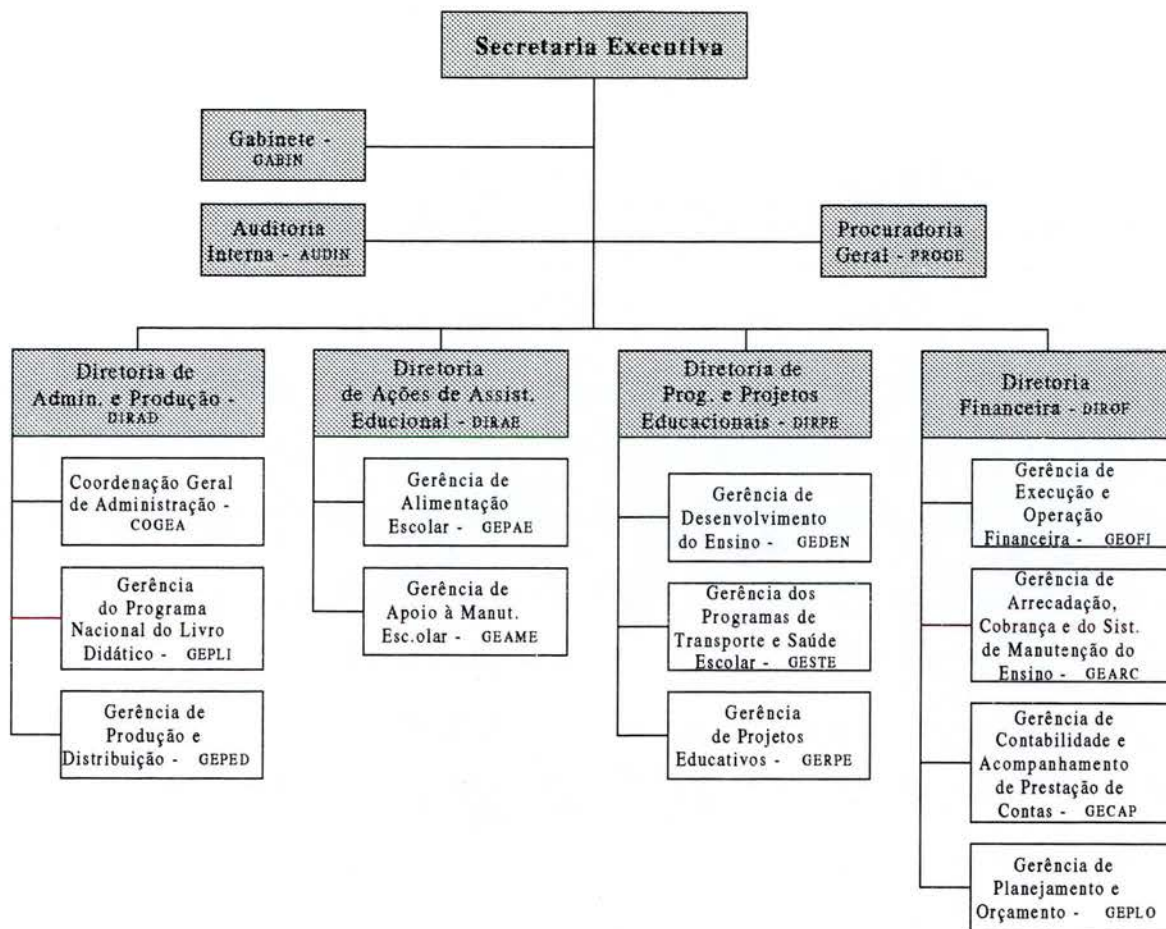
Em decorrência dessa decisão, grande volume de trabalho realizado pelas DEMEC será redirecionado ao FNDE, trazendo a necessidade de adequação da estrutura organizacional, com vistas a possibilitar, a partir de 1999, a absorção das atividades.

A estrutura regimental do órgão, atualmente em vigor, considerando a transferência das atribuições da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, extinta em 1997, foi aprovada pelo Decreto n. 2.520, de 19/03/98.



Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

DEZEMBRO - 1998



3. SECRETARIA-EXECUTIVA DO FNDE

As atribuições e atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas ligadas à Secretaria-Executiva estão descritas a seguir.

3.1. GABINETE

- Auxiliar a Secretária-Executiva no assessoramento ao Conselho Deliberativo e execução de suas deliberações;
- assessorar a Secretária-Executiva no relacionamento com dirigentes de órgãos ou entidades federais, estaduais, municipais e com parlamentares, no trato de assuntos relativos à assistência financeira a cargo do FNDE;
- analisar e encaminhar a documentação recebida e expedida pela Secretaria-Executiva;
- desempenhar as atividades de Assessoria de Comunicação Social, incumbindo-se especificamente de:
 1. divulgar os programas, projetos e ações desenvolvidas pelo FNDE;
 2. assessorar à Secretária-Executiva em seu relacionamento com os veículos de comunicação;
 3. planejar e veicular campanhas institucionais do FNDE;
 4. implementar política de comunicação interna, para integração das diversas áreas e disseminação dos objetivos e metas institucionais;
 5. atender à imprensa para fornecimento de informações relativas à atuação do FNDE.
- exercer as competências das Gerências de Projetos, quais sejam:
 1. desenvolver e coordenar projetos que possibilitem a atualização tecnológica do FNDE;
 2. acompanhar as atividades do órgão e consolidar informações das diversas áreas;
 3. desenvolver estudos e análises para adequação da estrutura organizacional do FNDE.

3.2. PROCURADORIA-GERAL

À PROGER, órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, compete:

- representar judicial e extra judicialmente o FNDE;
- exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao FNDE aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11, da Lei Complementar nº 73, de 10/02/93;
- propor a inscrição, na Dívida Ativa da União, de débitos apurados;

A Procuradoria-Geral compõe-se de três unidades organizacionais: Divisão do Contencioso, Divisão Legal e Setor de Serviços, os quais atuam de forma integrada e harmoniosa, no intuito de realizar suas incumbências institucionais.

DIVISÃO LEGAL

As principais atividades desenvolvidas pela Divisão Legal constituíram-se em: i) emissão de pareceres/informações, englobando assuntos relacionados ao procedimento administrativo fiscal do Salário-Educação, a processos de licitação, a contratos e convênios redigidos e analisados; ii) pronunciamentos em processos administrativos disciplinares, sindicâncias; e iii) outras manifestações técnicas. Além disso retomou o andamento do Contencioso Fiscal, que se encontrava praticamente paralisado, estando, atualmente, em vias de saneamento.

A Divisão obteve otimização dos trâmites relativos ao procedimento de inscrição em Dívida Ativa do Salário-Educação, para torná-la mais célere, que pode resultar em aumento da receita da Autarquia; iniciou um trabalho de saneamento e aceleração da análise dos processos e emissão de pareceres jurídicos, reduzindo o tempo de permanência, buscando maior eficiência e racionalização de suas atividades.

Pretende-se, também, melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de pronunciamentos de competência da Divisão, notadamente aqueles pertinentes a Direito Tributário e Direito Administrativo.

Busca-se aperfeiçoar a estrutura física e intelectual da Divisão, através da melhor adequação do espaço físico, da disponibilização de material de consulta jurídica, e do aumento do número de procuradores e pessoal de apoio técnico e administrativo.

DIVISÃO DO CONTENCIOSO

Dentre as atividades desenvolvidas por esta Divisão pode-se destacar: i) ingresso de novas ações de execução fiscal; ii) saneamento e retomada das ações de execução de acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU de Execução Fiscal; e iii) defesa judicial da autarquia em 12.460 processos judiciais em curso em todo o país.

Cabe enfatizar a importância da atuação dos Procuradores do FNDE na defesa do Salário-Educação, conquistando as primeiras decisões favoráveis a respeito da sua constitucionalidade em sede de Tribunal Regional Federal, especificamente os TRF da 2ª e 5ª Regiões. Além disso, foi possível reverter grande parte das decisões liminares que suspendiam a exigibilidade do Salário-Educação e/ou autorizavam a sua compensação.

Grandes esforços têm sido direcionados para a solução desse impasse. Espera-se pacificar as decisões contrárias ao FNDE, acerca do Salário-Educação, em todo o país, e aumentar a arrecadação através dos executivos fiscais e execuções de acórdão do TCU.

Por intermédio de medida cautelar, em que se conseguiu liminar, o FNDE suspendeu o pagamento de expressivo valor devido à empresa Nutritional, que seria pago via precatório judicial, bem como ação rescisória para desconstituir o título judicial que fundamentava a execução promovida pela referida empresa.

3.3. AUDITORIA INTERNA

À Auditoria Interna compete orientar, prévia e periodicamente, os setores da Autarquia sobre a execução de suas atividades, bem como verificar o cumprimento das normas contábeis, financeiras e administrativas. As atividades abrangem, também, o acompanhamento dos trabalhos dos órgãos de controle interno e externo e coordenação da elaboração da prestação de contas anual da autarquia.

Além destas responsabilidades, outra importante atribuição é zelar pela regularidade da aplicação dos recursos transferidos mediante convênios.

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI é o instrumento norteador das atividades desenvolvidas pela área, sendo submetido à apreciação do Conselho Deliberativo da Autarquia.

No exercício de 1998 foram elaborados 06 pareceres técnicos sobre questões que envolvem as atividades internas do FNDE, com a finalidade de orientar a tomada de decisão.

O acompanhamento da execução de 259 convênios foi realizado “in loco”, totalizando 153 convenientes fiscalizados, abrangendo apuração de denúncias. Foram emitidos 90 pareceres acerca da execução de convênios e aplicação de recursos e recebidas e analisadas 378 denúncias sobre possíveis irregularidades na aplicação de recursos transferidos pela Autarquia, e parte foi encaminhada às Delegacias do MEC nos estados, para fiscalização.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAFI -

4. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAFI

As atividades desenvolvidas na DIAFI visam otimizar a gestão financeira e orçamentária do FNDE, de forma a obter uma aplicação eficiente dos recursos consignados no orçamento.

Dentro deste contexto, cabe à DIAFI planejar, coordenar e controlar a execução das atividades orçamentárias, financeiras e contábeis, bem como acompanhar a prestação de contas do Órgão e dos convenientes.

Busca, ainda, aperfeiçoar os mecanismos de controle da arrecadação de receitas, além de coordenar e supervisionar a execução das atividades do Sistema de Manutenção do Ensino – SME.

4.1. SALÁRIO-EDUCAÇÃO

O Salário-Educação é uma contribuição social que corresponde a 2,5% da folha de pagamento das empresas. A receita oriunda do Salário-Educação é distribuída da seguinte forma: 2/3 representam a quota estadual repassada às Unidades da Federação, proporcionalmente à sua arrecadação, para ser aplicada exclusivamente no ensino fundamental; 1/3 constitui a quota federal que fica em poder do FNDE, para ser aplicada nos diversos programas. Educação fundamental regular, de jovens e adultos, especial, indígena e infantil são contempladas com verbas para desenvolverem suas atividades.

A receita acima aludida compõe-se da soma do Salário-Educação arrecadado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e aquele pago diretamente ao FNDE, pelas empresas optantes do SME. A arrecadação direta reflete o valor líquido recolhido pelas empresas, após dedução das importâncias destinadas à manutenção de escolas próprias e/ou indenização de dependentes.

Dos recursos arrecadados em cada Unidade da Federação é subtraída uma parcela destinada trimestralmente ao pagamento, pelo FNDE, das vagas adquiridas junto às escolas particulares credenciadas no SME, para atendimento dos beneficiários na modalidade denominada “Aquisição de Vagas”, prevista na alínea “b”, art. 9º, do Decreto 87.043/82, com a redação do Decreto 88.374/83. Além dessa parcela, deduz-se ainda o percentual relativo ao Fundo de Estabilização Fiscal – FEF, em conformidade com o art. 72, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 17/97.

4.1.1. ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Comparando-se os valores nominais da arrecadação bruta do Salário-Educação em 1998 com os de 1997, observa-se queda de 11,37 %, conforme demonstrado na Tabela 4.1 - DIAFI. Como resultado, o repasse às Unidades da Federação também sofreu redução . Em relação ao valor consignado no orçamento de 1998, essa frustração de arrecadação representou 23%. Essa queda já vinha ocorrendo desde o ano anterior agravando-se durante o exercício de 1998.

A queda tem sido atribuída, principalmente: a ações judiciais de cerca de 13 mil empresas, alegando ilegalidade da cobrança da contribuição social no período de março de 1989 a dezembro de 1996, quando foi promulgada a Lei 9.424, de 24/12/96; à opção pelo "Simples"; à nova lei do emprego temporário; ao crescimento do trabalho informal e à própria desaceleração da atividade econômica.

Quanto ao problema que afeta especificamente o Salário-Educação, ou seja, o questionamento de sua constitucionalidade, foram observados, nos últimos meses do ano, sinais de reversão no quadro, devido a medidas e decisões judiciais favoráveis ao FNDE.

TABELA 4.1 - DIAFI COMPARATIVO DA ARRECAÇÃO BRUTA MENSAL DO SALÁRIO- EDUCAÇÃO BIÊNIO 1997 – 1998 (R\$ Mil)					
MÊS	1997		1998		VARIAÇÃO
	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)	1998/1997 (%)
JAN	219.193	7,90	208.556	8,48	-4,85
FEV	223.460	8,05	226.581	9,21	1,40
MAR	220.034	7,93	177.763	7,23	-19,21
ABR	215.716	7,77	174.580	7,10	-19,07
MAIO	218.424	7,87	188.651	7,67	-13,63
JUN	219.360	7,90	191.228	7,77	-12,82
JUL	206.503	7,44	180.227	7,33	-12,72
AGO	227.721	8,20	196.931	8,01	-13,52
SET	226.172	8,15	189.649	7,71	-16,15
OUT	223.297	8,05	192.685	7,83	-13,71
NOV	221.629	7,99	201.916	8,21	-8,89
DEZ	353.957	12,75	331.045	13,46	-6,47
TOTAL	2.775.467	100,00	2.459.812	100,00	-11,37
Fonte: DIAFI/FNDE					

Abaixo, o desdobramento da arrecadação do Salário-Educação em 1998:

	R\$ mil	%
a) Salário-Educação	2.557.870	100,00
b) Manutenção de Escolas Próprias e Inden. Dependentes	87.368	3,42
c) Salário-Educação recolhido (arrecadado) = (a)-(b)	2.470.502	96,58
d) Taxa de Administração devida ao INSS (1%)	10.690	0,42
e) Arrecadação Bruta após deduções = (c) -(d)	2.459.812	96,16
f) Pagamento de Bolsas (Aquisição de Vagas – SME)	47.843	1,87
g) Fundo de Estabilização Fiscal	482.394	18,86
h) Arrecadação Líquida = (e)-(f)-(g)	1.929.575	75,43
h.1) Quota Estadual = 2/3	1.286.383	50,29
h.2) Quota Federal = 1/3	643.192	25,15

A arrecadação bruta mensal do Salário-Educação totalizou R\$ 2,5 bilhões no ano de 1998, sendo R\$ 1,4 bilhão arrecadado diretamente pelo FNDE e aproximadamente R\$ 1,1 bilhão por intermédio do INSS, já descontado 1% a título de taxa de administração em favor daquele Instituto (Tabela 1 do Anexo 1 –DIAFI). A distribuição dos recursos por via arrecadadora e por Unidade da Federação encontra-se demonstrada na Tabela 2 do Anexo 1 - DIAFI.

4.2. SISTEMA DE MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SME

O SME constitui forma alternativa de recolhimento do Salário-Educação, mediante a qual as empresas contribuintes optam pela participação no sistema, deixando de recolher a contribuição ao INSS, fazendo-o diretamente ao FNDE, por meio de guia de recolhimento específica. Após a Emenda Constitucional 14/96, o SME encontra-se em extinção, sendo vedado o ingresso de novos alunos.

As modalidades de atendimento dos alunos beneficiários, previstas nesse sistema, são as seguintes:

ESCOLA PRÓPRIA

A empresa, mantendo estabelecimento de ensino às suas expensas, garante o ensino fundamental a seus empregados e deduz, do recolhimento mensal a ser feito ao FNDE, a importância correspondente ao número de beneficiários multiplicado pelo valor fixado para a vaga (bolsa). Outros alunos podem ser atendidos nesta modalidade, desde que respeitados os requisitos legais. Os quantitativos de escolas, alunos e valor aplicado nesta modalidade por Unidade da Federação em 1998 constam da Tabela 3 do Anexo 1 - DIAFI.

INDENIZAÇÃO DE DEPENDENTE

A empresa reembolsa os empregados que declarem, por escrito, a frequência regular e a quitação das mensalidades de seus dependentes em estabelecimento de ensino fundamental não gratuito, a importância correspondente

ao somatório dos valores da vaga vigente no respectivo semestre, podendo, para esse fim, durante o semestre, capitalizar recursos, deduzindo-os dos recolhimentos mensais devidos ao FNDE. O número de alunos, os valores aplicados nesta modalidade e sua distribuição pelos estados, em 1998, estão demonstrados Tabela 4 do Anexo 1 - DIAFI.

AQUISIÇÃO DE VAGAS

A empresa, com a intermediação do FNDE, adquire vagas na rede particular de ensino, para assegurar o ensino fundamental gratuito a seus empregados e dependentes destes, recolhendo para esse efeito, ao FNDE, a importância correspondente ao valor mensal devido a título de contribuição do Salário-Educação. A demonstração do número de alunos e valor aplicado por estado nesta modalidade no ano de 1998, encontra-se na Tabela 5 do Anexo 1 - DIAFI.

ESQUEMA MISTO

A empresa pode participar do SME utilizando mais de uma das modalidades acima mencionadas.

VALOR DA BOLSA (VAGA) DO SME

O atendimento aos beneficiários do SME, em qualquer das modalidades acima descritas, é prestado de acordo com o valor da bolsa fixado em R\$ 21,00 pelo Conselho Deliberativo do FNDE, a partir do segundo semestre de 1995. Nas modalidades em que a empresa deixa de realizar o recolhimento da contribuição devida (modalidade Escola Própria e Indenização de Dependentes), a base de cálculo do valor a ser por esta retido é o produto entre o número de alunos e o valor da bolsa fixado, sendo os eventuais saldos dessa operação recolhidos ao FNDE. Da mesma forma, o atendimento por intermédio da modalidade "Aquisição de Vagas", tem como referência o valor da bolsa fixado, base de cálculo dos pagamentos às escolas participantes do sistema, pelos serviços educacionais prestados ao alunado. A Tabela 6 do Anexo 1 – DIAFI apresenta dados consolidados das modalidades Escola própria, Aquisição de vagas e Indenização de dependentes.

4.3. PROGRAMA INTEGRADO DE INSPEÇÃO EM EMPRESAS E ESCOLAS – PROINSPE

O PROINSPE foi criado por meio da Resolução CD/FNDE nº 15, de 19/10/93, como instrumento de acompanhamento e controle da participação das empresas optantes e das escolas credenciadas como prestadoras de serviços junto ao SME. É importante destacar que as ações deste Programa envolvem a participação integrada das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e das DEMEC, sob a coordenação do FNDE. Técnicos da Gerência de Arrecadação e Cobrança – GEARC e dos outros órgãos deslocam-se às empresas e escolas previamente selecionadas, onde examinam a documentação pertinente,

verificando adequação dos valores recolhidos e a regularidade dos alunos participantes do SME.

No ano de 1998 o quantitativo de escolas e empresas inspecionadas representou, respectivamente, 24% e 8% do total dos participantes no SME, resultando na glosa de 441 alunos que se encontravam em condição irregular, bem como em 157 Notificações para recolhimento de débito, no valor aproximado de R\$ 21,0 milhões.

Cabe lembrar que, além dos débitos cobrados em decorrência das atividades do PROINSPE, foram notificadas 190 empresas com base em informação fiscal proveniente do INSS, totalizando R\$ 38,0 milhões. Foram encaminhados à Procuradoria-Geral do FNDE, para cobrança judicial, 110 processos. Dos cerca de 800 parcelamentos em manutenção, pouco mais de 300 efetuaram pagamentos regulares ao longo do ano, sendo os demais reiteradamente cobrados. Vide Tabelas 7, 8 e 9 do Anexo 1 - DIAFI.

4.4. ORÇAMENTO

De acordo com a Lei nº 9.598, de 30/12/97, que estimou a receita e fixou a despesa da União para 1998, o orçamento inicial do FNDE somou R\$ 2.107.613.279 (dois bilhões, cento e sete milhões, seiscentos e treze mil e duzentos e setenta e nove reais). A esse valor foram acrescidos créditos adicionais de R\$ 1.063.945.537 (um bilhão, sessenta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e sete reais), totalizando, ao final do exercício, R\$ 3.171.558.816 (três bilhões, cento e setenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e dezesseis reais) de orçamento próprio.

Além dos recursos constantes do seu orçamento, o FNDE gerencia o Salário-Educação – Quota Estadual, cuja previsão foi de R\$ 1.719.075.210 (um bilhão, setecentos e dezenove milhões, setenta e cinco mil, duzentos e dez reais), que somados à dotação da Autarquia, totaliza a importância de R\$ 4.890.634.026 (quatro bilhões, oitocentos e noventa milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e vinte e seis reais), no exercício de 1998.

Apresentamos na Tabela a seguir, a distribuição destes recursos por programa de trabalho e sua proporcionalidade. Ressalta-se que 90,75% dos recursos foram aplicados no Ensino Fundamental.

TABELA 4.2 - DIAFI
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROGRAMA DE TRABALHO - 1998

PROGRAMA DE TRABALHO	VALOR (Em R\$)	ORÇAMENTO PRÓPRIO (%)	GLOBAL %
ADMINISTRAÇÃO	194.967.560	6,15	3,99
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4.591.739	0,14	0,09
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	3.281.430	0,10	0,07
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	29.315.900	0,92	0,60
ENSINO FUNDAMENTAL	2.878.087.012	90,75	58,85
ENSINO ESPECIAL	48.263.600	1,52	0,99
SAÚDE	1.038.000	0,03	0,02
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	1.025.000	0,03	0,02
PREVIDÊNCIA	9.391.907	0,30	0,19
PASEP	1.596.668	0,05	0,03
SUBTOTAL	3.171.558.816	100,00	64,85
ENSINO FUNDAMENTAL (DESTAQUE RECEBIDO)	1.719.075.210	-	35,15
TOTAL	4.890.634.026	-	100,00
FONTE: GEPLD/DIAFI -			
OBSERVAÇÃO : O DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS PODE SER VISUALIZADO NA TABELA 12 DO ANEXO 1 - DIAFI			

4.5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária dos projetos e programas pelo FNDE efetiva-se de forma centralizada, como é o caso do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, cuja aquisição e distribuição dos títulos é realizada pelo FNDE, exceto para os estados de São Paulo e Minas Gerais, e de forma descentralizada por meio da celebração de contratos de prestação de serviços pelas escolas, no caso da modalidade Aquisição de Vagas prevista no SME, e, na grande maioria mediante celebração de convênios com órgãos ou entidades federais, estaduais, municipais e não-governamentais.

Em 1998 foram celebrados 15.447 convênios, assim distribuídos:

PROGRAMA/PROJETO	QTDE. DE CONVÊNIOS
Dinheiro na Escola	4.962
Alimentação Escolar	4.314
Plano de Trabalho Anual(*)	3.912
Saúde do Escolar	672
Transporte do Escolar	1.558
Apoio Tecnológico	27
Livro Didático	2
Total	15.447

(*) Pré-Escolar, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Projeto Nordeste, TV Escola, PROINFO e Informações Educacionais.

No tocante à receita, a Tabela 4.3 - DIAFI compara os valores estimados com os realizados, distribuídos por fonte de recursos. Nota-se que o efetivado representou 91,8% da receita estimada, sem a quota estadual, e 86,56 % se incluída a quota estadual. O demonstrativo dos créditos adicionais, aprovados no decorrer do ano, encontra-se na Tabela 10 do Anexo 1 -DIAFI.

TABELA 4.3 - DIAFI				
RECEITA ESTIMADA E EFETIVADA POR FONTE DE RECURSOS – 1998 (Em R\$)				
FONTE DE RECURSOS	CÓD	RECEITA ESTIMADA (A)	RECEITA EFETIVADA (B)	(B)/(A) %
RECURSOS ORDINÁRIOS	100	11.714.072	11.522.165	98,36
RECURSOS ORDINARIOS (LIMITE A RECEB. DE RP)	100	149.654.347	149.654.347	100,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	112	241.328.034	241.328.033	100,00
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – QF	113	818.537.605	643.192.791	78,58
REND. LÍQUIDO LOTERIA FEDERAL INSTANTÂNEA	121	18.240.000	18.234.505	99,97
REND. LÍQUIDO DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	122	286.080.000	286.080.000	100,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EXTERNAS	148	87.000.000	25.697.479	29,54
CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO DE PESSOAS JURÍDICAS	151	147.467.904	84.085.592	57,02
CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO PJ (LIMITE A RECEB. DE RP)	151	40.970.689	40.970.689	100,00
CONTRIB. PARA FINANC. SEGURIDADE SOCIAL	156	1.033.358	1.024.178	99,11
CONTR.P/ FINANC.SEGUR. SOCIAL (LIMITE A REC. DE RP)	156	4.642	4.642	100,00
RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	199	358.395.900	351.227.732	98,00
REC. FUNDO ESTAB.FISCAL (LIMITE A RECEB. DE RP)	199	2.582.797	2.582.797	100,00
PROD. DE APLIC. A CONTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	213	162.000.000	188.469.814	116,34
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250	47.840.676	47.840.676	100,00
RECURSOS DIVERSOS	290	-	25.104.100	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	292	298.708.792	298.708.792	100,00
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	329	435.758.864	431.430.922	99,01
REC. CONCESSÕES PERMISSÕES (LIMITE A RECEB. DE RP)	329	64.241.136	64.241.136	100,00
SUBTOTAL		3.171.558.816	2.911.400.390	91,80
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QE	113	1.719.075.210	1.321.836.907	76,89
TOTAL		4.890.634.026	4.233.237.297	86,56
FONTE: SIAFI/98 – OPERACIONAL				

A quota estadual é repassada mensalmente a todos os 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal. Esses, por sua vez, têm o dever de repassar aos seus municípios no mínimo 50% do total recebido, de acordo com o número de alunos matriculados nas redes de ensino, conforme a Lei nº 9.424 de 24/12/96, complementada pela Lei nº 9.766, de 18/12/98.

A Tabela 4.4 – DIAFI, a seguir, apresenta as transferências da quota estadual do Salário-Educação por Unidade da Federação, proporcionalmente à arrecadação dos estados.

TABELA 4.4 - DIAFI
TRANSFERÊNCIA DA QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – 1998

U.F.	VALOR (Em R\$)	PART. %
AC	936.613	0,07
AP	853.272	0,06
AM	13.462.106	1,02
PA	13.197.436	1,00
RO	3.355.605	0,25
RR	614.537	0,05
TO	1.554.251	0,12
NORTE	33.973.820	2,57
AL	4.843.844	0,37
BA	38.526.380	2,91
CE	15.797.835	1,20
MA	6.542.394	0,49
PB	6.806.757	0,51
PE	27.506.996	2,08
PI	3.797.197	0,29
RN	7.049.969	0,53
SE	5.895.887	0,45
NORDESTE	116.767.259	8,83
ES	19.725.134	1,49
MG	106.577.164	8,06
RJ	168.720.769	12,76
SP	601.226.281	45,48
SUDESTE	896.249.348	67,80
PR	72.106.167	5,45
RS	90.809.792	6,87
SC	43.004.293	3,25
SUL	205.920.251	15,58
DF	31.218.500	2,36
GO	19.863.147	1,50
MS	8.714.223	0,66
MT	9.130.358	0,69
CENTRO-OESTE	68.926.227	5,21
TOTAL	1.321.836.906	100,00

Conforme mencionado anteriormente, as receitas provenientes da contribuição do Salário-Educação, quota estadual e federal, apresentaram frustração de cerca de 23%, quando comparadas ao valor estimado. As demais fontes, considerando-se o impacto no orçamento global, apresentaram comportamento próximo do previsto. Dessa forma, pode-se atribuir à queda da receita do Salário-Educação (fonte 113) a não-realização de, aproximadamente, 13% do total da receita orçada.

A execução orçamentária por subprojeto/subatividade é apresentada na Tabela 11 do Anexo 1 – DIAFI, onde são demonstrados a dotação orçamentária inicial, os créditos adicionais aprovados, a execução (empenho e destaque) e o correspondente saldo orçamentário. Verifica-se que este saldo corresponde a 13% da dotação final, enquanto no exercício de 1997 o saldo foi de 23% do orçamento da Autarquia.

Em valores absolutos, a execução no exercício de 1998 em relação a 1997 foi maior em R\$ 985,8 milhões, apesar das restrições impostas pelo contingenciamento, pela lei eleitoral e ainda pela aprovação tardia dos créditos adicionais orçamentários, que representaram 34% do orçamento e foram aprovados entre 15/06 e 22/12/98.

A Tabela 12 do Anexo 1 – DIAFI apresenta o detalhamento da dotação, destaques concedidos e execução por subprojeto/subatividade.

4.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA

A implantação do fluxo de caixa diário viabilizou uma melhor gestão financeira dos recursos disponíveis, resultando em significativo aumento da receita oriunda das aplicações financeiras.

A parceria com instituições bancárias federais e estaduais, objetivando a abertura das contas correntes de seus convenientes, pelo FNDE, agilizou os repasses de recursos em favor das entidades conveniadas. Nesse sentido foram abertas, no exercício de 1998, cerca de 53.000 contas correntes, incluindo-se aquelas relativas às unidades executoras.

4.7. CONTABILIDADE

Durante o exercício de 1998 foi efetivado o acompanhamento da contabilização e análise dos processos relativos aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a análise dos registros e demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o registro da conformidade contábil e a elaboração do processo de prestação de contas anual da Autarquia.

4.8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Tendo como objetivos a melhoria qualitativa dos pareceres emitidos, relativos às prestações de contas (parciais, parciais/anuais e finais), e o aperfeiçoamento técnico dos servidores responsáveis pela análise de processos, foi ministrado treinamento técnico-operacional a todas as Delegacias do MEC, até então incumbidas da análise preliminar desses processos.

Até o mês de outubro o passivo de processos de prestação de contas pendentes de análise era de, aproximadamente, 21.000 peças, incluindo nesse volume todos os programas executados pelo FNDE e pela extinta FAE. Nos meses de outubro e novembro foram realizados dois mutirões para saneamento dessa situação, resultando na análise de cerca de 13.000 processos.

Ressalte-se que a reorganização dos procedimentos internos, inclusive alteração dos papéis de trabalho, permitiu a agilização do atendimento à área de controle do Governo Federal.

4.9. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEF

O FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional nº 14/96, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24/12/96, e pelo Decreto nº 2.264/97, objetivando assegurar a universalização do ensino fundamental e a remuneração condigna do magistério.

O FUNDEF, de acordo com o § 2º, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, é composto de 15% do Fundo de Participação dos Estados e do DF - FPE, Fundo de Participação dos Municípios - FPM, Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às exportações - IPlexp, Lei Complementar 87 e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, sendo os recursos correspondentes creditados em contas individuais e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos respectivos Municípios, mediante aplicação de coeficientes de distribuição fixados anualmente. Para tanto, é considerado o número de alunos matriculados da 1ª à 8ª série, na rede de ensino fundamental, conforme Censo Escolar do ano anterior.

No exercício de 1998, para alcançar o valor mínimo definido nacionalmente (R\$ 315,00 por aluno), a União repassou, a título de complementação, o montante de R\$ 424,9 milhões para oito estados situados nas regiões Norte e Nordeste.

Nestes estados houve ganhos expressivos, considerando que, até 1997, o número de crianças de 7 a 14 anos fora da escola no ensino fundamental era de 2,7 milhões, e que com a entrada em vigor do FUNDEF, associado ao Programa Toda Criança na Escola, 735 mil crianças foram matriculadas nas várias redes de ensino. Atualmente, este número é inferior a 1,5 milhão. Além disso, pesquisas recentes demonstram acréscimo significativo no valor da remuneração dos profissionais do magistério.

Os valores repassados pela União, por Unidade da Federação e esfera de governo em 1998, estão demonstrados na Tabela a seguir. Cabe ressaltar que a execução financeira atingiu 100% do valor.

TABELA 4.5 - DIAFI FUNDEF COMPLEMENTAÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E ESFERA DE GOVERNO – 1998 (Em R\$)			
U.F.	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
AL	348.368	952.058	1.300.426
BA	53.610.331	58.719.769	112.330.100
CE	17.204.204	30.997.296	48.201.500
MA	41.996.411	88.503.089	130.499.500
PA	62.903.697	34.597.877	97.501.574
PB	1.496.778	1.667.159	3.163.937
PE	5.043.161	5.491.605	10.534.766
PI	8.561.140	12.856.310	21.417.450
TOTAL	191.164.089	233.785.164	424.949.253

**DIRETORIA DE PROGRAMAS
E PROJETOS EDUCACIONAIS
– DPPE –**

5. DIRETORIA PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS - DPPE

As atividades desenvolvidas na DPPE relacionam-se ao cadastramento e análise de projetos, diligências, aprovação, empenho, emissão de convênios e termos aditivos e autorização de pagamentos.

A metodologia e os procedimentos para recepção de recursos do FNDE, no ano de 1998, previa que a entidade interessada apresentasse um projeto elaborado de acordo com os critérios contidos na Sistemática/97 e protocolizado pela entidade junto à Delegacia do MEC nos estados – unidade responsável pelo cadastramento e análise documental. As regras para recepção de recursos em 1999 constam das Normas para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais - NAFPE/1999.

Compete ao FNDE, por intermédio da DPPE, e às Secretarias-fim do MEC, a análise do pedido, quanto ao mérito, observando-se as ações passíveis de receber assistência financeira estabelecidas na Sistemática e Resoluções do Conselho Deliberativo no âmbito das políticas e programas para a Educação.

Para manutenção das DEMEC, esta Autarquia transferiu, à conta de seu orçamento próprio, R\$ 2,5 milhões. Desse valor, R\$ 287 mil foram repassados para atender despesas com diárias, no acompanhamento e fiscalização do SME. A distribuição dos recursos por Unidade da Federação e por finalidade encontra-se na Tabela 1 do Anexo 2 - DPPE.

5.1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS – ESTATÍSTICA

Visa ao planejamento, orientação e coordenação do desenvolvimento de sistemas de avaliação educacional, com o objetivo de subsidiar a realização de diagnósticos do sistema e a formulação de políticas para o seu melhoramento.

No exercício de 1998, da dotação de R\$ 3,3 milhões do programa foi executado o montante de R\$ 942,5 mil, correspondente a 29 % do total, para atender a divulgação de publicações. Além deste valor, foi destacado do Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental o valor de R\$ 7,6 milhões, cujos dados físicos e financeiros da meta realizada constam do relatório de atividades do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, conforme convênio firmado entre o FNDE e aquele Instituto.

5.2. EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR

As ações assistidas financeiramente pela Educação Pré-Escolar são voltadas para construção e ampliação de escolas, bem como, aquisição de

equipamentos, capacitação de recursos humanos e material didático-pedagógico, com vistas à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento escolar, para crianças de 0 a 6 anos, inclusive aqueles do ensino especial. Tem por objetivo propiciar a estrutura necessária para preparação das crianças que irão ingressar no ensino fundamental.

No exercício de 1998, da dotação de R\$ 29,0 milhões, foram executados pelo programa R\$ 18,5 milhões, que correspondem a 62,7% do total, distribuídos entre as 26 Unidades da Federação e o Distrito Federal. A Tabela 5.1 a seguir ilustra o quantitativo das ações realizadas no exercício de 1998. A distribuição dos recursos por Unidade da Federação em cada uma das ações está demonstrada na Tabela 2 do Anexo 2-DPPE.

TABELA 5.1 - DPPE		
PRÉ-ESCOLAR - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998		
AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR (Em R\$)
Professor capacitado (pessoa)	8.162	1.189.032
Sala de aula ampliada (unidade)	133	1.313.084
Escola construída (unidade)	294	12.629.140
Escola equipada (unidade)	3.710	1.527.467
Material didático distribuído (unidade)	184.128	1.850.627
Escola beneficiada (unidade)	8.383	-
Criança de 4 a 6 anos atendida (criança)	739.461	-
Municípios atendidos	377	-
Convênios firmados	394	18.509.350

OBSERVAÇÃO : R\$ 331.627 FORAM EXECUTADOS NO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

5.3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As ações são voltadas para aquisição de equipamentos, capacitação de recursos humanos, bem como, ajuda de custo para monitores e material didático-pedagógico. O objetivo é combater o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no segmento de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade apropriada.

No exercício de 1998, da dotação de R\$ 56,9 milhões foram executados R\$ 35,6 milhões, dos quais R\$ 900,0 mil de destaque para órgãos federais e R\$ 2,8 milhões para atender ao PNLD/98. O saldo de R\$ 31,8 milhões foi distribuído entre as 26 Unidades da Federação e o Distrito Federal. A Tabela 5.2, a seguir, ilustra o quantitativo das ações realizadas no ano de 1998.

A distribuição dos recursos por Unidade da Federação, em cada uma das ações, está demonstrada na Tabela 3 do Anexo 2 – DPPE.

TABELA 5.2 - DPPE JOVENS E ADULTOS - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA – 1998 (Em R\$)		
AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR
Ajuda de custo (escolas)	2.703	5.627.050
Professor capacitado (pessoa)	41.796	9.790.880
Sala de aula equipada (escola)	731	202.172
Material didático distribuído (unidade)	1.202.716	16.219.959
Entidade beneficiada (unidade)	1.171	-
Pessoa alfabetizada (pessoa)	2.675.964	-
Municípios atendidos	628	-
Convênios firmados	684	31.840.061

5.4. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO NORDESTE – PROJETO NORDESTE

As ações financiáveis para o Projeto Nordeste destinam-se à construção e reforma de escolas, bem como, aquisição de equipamentos, capacitação de recursos humanos e material didático-pedagógico, objetivando promover a melhoria da qualidade das escolas de ensino fundamental da região Nordeste, com ênfase nas quatro séries do primeiro grau.

No exercício de 1998, da dotação de R\$ 132,7 milhões, R\$ 18,0 milhões foram destacados para órgãos federais, tendo o programa executado R\$ 101,2 milhões, distribuído entre 7 estados do nordeste e a unidade executora no DF. A Tabela 5.3 ilustra o quantitativo das ações realizadas no ano de 1998.

Os convênios firmados neste programa estão atrelados às condições especificadas no acordo de empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, sendo a execução de suas metas acompanhada e gerenciada por grupo de trabalho vinculado à Secretaria de Ensino Fundamental – SEF do MEC, a qual deverá detalhar em relatório a avaliação do presente programa.

A distribuição dos recursos em cada uma das ações está demonstrada na Tabela 4 do Anexo 2 – DPPE.

TABELA 5.3 - DPPE PROJETO NORDESTE - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998		
AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR (Em R\$)
Professor capacitado	3.280	1.111.924
Escola reformada	552	35.101.942
Escola construída	95	30.905.806
Equipamentos, material didático e outros	-	34.062.770

5.5. PROGRAMA DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO - PROINFO

O PROINFO promove ações, voltadas para capacitação de recursos humanos e aquisição de equipamentos, para dotar escolas, estaduais e municipais do ensino fundamental, de recursos computacionais que proporcionem adequadas condições de aprendizagem na área de informática.

No exercício de 1998, da dotação de R\$ 166,3 milhões, R\$ 101,3 milhões foram destacados para a Secretaria de Ensino à Distância do MEC - SEED, tendo sido este o valor atendido pelo programa. A Tabela 5.4, a seguir, ilustra o quantitativo das ações realizadas no ano de 1998.

TABELA 5.4 - DPPE PROINFO - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998	
AÇÕES	QUANTIDADE
Professor capacitado (pessoa)	21.976
Equipamento de informática adquirido (unidade)	37.284

5.6. FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA – FUNDESCOLA

Com os recursos provenientes do Fundescola executam-se ações de reforma de escolas e aquisição de equipamentos. A Tabela 5.5, a seguir, ilustra o quantitativo das ações realizadas. A execução atingiu 89% da dotação, considerados os convênios do PMDE. Os dois programas viabilizaram assistência financeira a uma série de projetos nas regiões definidas como prioritárias para o desenvolvimento do ensino fundamental. O objetivo do programa é a promoção da qualidade da rede física e dos sistemas de ensino fundamental nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde observam-se baixos índices de desempenho escolar.

No exercício de 1998, da dotação de R\$ 105,2 milhões, R\$ 54,2 milhões foram destinados para o Dinheiro na Escola - PMDE, tendo sido executado R\$ 39,6 milhões, incluindo-se R\$ 384,0 mil referente a destaques para órgãos federais. O saldo financiado de R\$ 39,6 milhões foi distribuído, por ação, entre as capitais do Norte e do Centro-Oeste, exceto o Distrito Federal, conforme Tabela 5 do Anexo 2 - DPPE.

O antigo Projeto Nordeste passou a chamar-se Fundescola e teve sua abrangência estendida às Regiões Norte e Centro-Oeste. Desta forma, iniciou, nas novas regiões, a primeira fase de implementação: financiar ações que auxiliam as escolas no planejamento e provisão de vagas, gestão, e desenvolvimento de sistemas educacionais e padrões mínimos de funcionamento.

TABELA 5.5 - DPPE
FUNDESCOLA - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998 (Em R\$)

AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR
Equipamentos adquirido	220.528	23.452.890
Escola reformada	680	12.012.683
Outros	-	4.140.720

5.7. PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO

As ações assistidas financeiramente para esse Programa, também chamado TV Escola, são voltadas para aquisição de *kits* tecnológicos e produção de programas televisivos, visando promover a capacitação e atualização permanente dos professores e diretores de escola.

No exercício de 1998, foi destacado o montante de R\$ 10,0 milhões para a Secretaria de Educação à Distância – SEED, para produção e veiculação de programas de TV e outros R\$ 8,2 milhões para aquisição de *kits* tecnológicos. O *kit* compõe-se de um televisor em cores, um videocassete, um suporte para televisor e videocassete, um conjunto de recepção de satélite e uma caixa com 10 fitas VHS. As ações realizadas em 1998 estão discriminadas na Tabela 5.6, a seguir.

TABELA 5.6 - DPPE
TV ESCOLA - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998 (Em R\$)

AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR
Programa de TV produzido	7	-
Aquisição de direitos de exibição	175	-
Kit tecnológico adquirido	-	8.250.376

5.8. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

As ações voltadas para o ensino fundamental abrangem construção, reforma, ampliação e conclusão de escolas, bem como, aquisição de equipamentos, capacitação de recursos humanos e material didático-pedagógico. Coordenar, supervisionar e desenvolver atividades que culminem na melhoria da qualidade do ensino fundamental, em todas as suas modalidades, de forma a assegurar o acesso a escola e diminuir os índices de analfabetismo, repetência e evasão, representam os objetivos precípuos do Programa.

No exercício de 1998, à dotação inicial de R\$ 101,3 milhões foi acrescido o valor de R\$ 171,9 milhões referente a créditos adicionais, totalizando R\$ 273,2 milhões. Deste montante foram concedidos destaques para órgãos federais,

no total de R\$ 50,2 milhões, e celebrados convênios no total de R\$ 163,5 milhões, representando 78,2% da dotação.

A Tabela 5.7 abaixo ilustra o quantitativo realizado, por ação. A distribuição dos recursos por Unidade da Federação, em cada uma das ações, está demonstrada na Tabela 6 do Anexo 2 – DPPE.

TABELA 5.7 - DPPE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998 (Em R\$)		
AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR
Escola concluída (unidade)	35	2.066.680
Professor capacitado	185.146	28.222.159
Escola reformada (unidade)	34	384.747
Escola construída (unidade)	1.624	76.372.083
Escola ampliada (unidade)	1.314	20.272.269
Escola equipada (unidade)	84.420	29.147.110
Outros projetos de interesse do MEC (convênio)	4	16.614.886
Material Didático-pedagógico (escola)	31.981	23.927.866
Análise e aval, do livro didático (escola)	15.463	560.000
Municípios atendidos	1.640	-
Aluno atendido (pessoa)	18.484.144	-
Convênios firmados	2.152	197.567.800

5.9. PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNTE

No exercício de 1998, à dotação inicial de R\$ 26,2 milhões foram acrescidos R\$ 57,0 milhões provenientes de créditos adicionais, totalizando R\$ 83,2 milhões. Foram gastos R\$ 73,9 milhões, ou seja, 88,9% da dotação. A Tabela 5.8 ilustra o quantitativo realizado, por ação.

A Tabela 5.8 ilustra o quantitativo dos municípios atendidos e veículos adquiridos. A distribuição dos recursos por Unidade da Federação e o quantitativo dos municípios atendidos por U.F. estão demonstrados na Tabela 7 do Anexo 2 – DPPE.

TABELA 5.8 - DPPE TRANSPORTE DO ESCOLAR – 1998 (Em R\$)		
AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR
Município atendido (unidade)	1.558	-
Veículo adquirido (unidade)	1.558	73.937.564

5.10. PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR - PNSE

O PNSE promove ações educativas, preventivas e curativas, de medicina geral, odontologia e oftalmologia.

No exercício de 1998, da dotação autorizada de R\$ 26,9 milhões foram executados R\$ 24,2 milhões, o que representou 89,3% da dotação. A Tabela 5.9 ilustra o quantitativo realizado, por ação

A distribuição dos recursos por Unidade da Federação e o quantitativo dos municípios atendidos estão demonstrados na Tabela 8 do Anexo 2 – DPPE.

TABELA 5.9 - DPPE SAÚDE DO ESCOLAR – 1998 (Em R\$)		
AÇÕES FINANCIADAS	QUANTIDADE	VALOR
Municípios atendidos	672	-
Alunos atendidos (pessoa)	1.972.794	24.214.160

5.11. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial promove ações de reforma, ampliação e conclusão de escolas, bem como, aquisição de equipamentos, capacitação de recursos humanos, material didático-pedagógico e aquisição de transporte escolar.

No exercício de 1998, da dotação de R\$ 48,3 milhões foram executados R\$ 18,7 milhões, dos quais R\$ 1,7 milhão referem-se a destaques para órgãos federais.

A distribuição dos recursos por Unidade da Federação em cada uma das ações está demonstrada na Tabela 9 do Anexo 2 – DPPE.

TABELA 5.10 - DPPE EDUCAÇÃO ESPECIAL - AÇÃO REALIZADA – 1998 (Em R\$)		
AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR
Profissional qualificado	32.020	3.133.896
Escola equipada (unidade)	13.627	6.709.649
Escola reformada (unidade)	6	34.626
Escola ampliada (unidade)	97	1.315.420
Material didático–Pedagógico (unidade)	121.933	3.256.555
Escola concluída (unidade)	1	66.232
Outros projetos de interesse do MEC (convênio)	30	2.690.369
Aquisição de transporte escolar (escola)	402	1.472.437
Aluno atendido (pessoa)	1.557.507	-
Municípios atendidos	538	-
Convênios firmados	682	18.679.184

**DIRETORIA DE AÇÕES DE
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL
- DAAE -**

6. DIRETORIA DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

A DAAE tem por competência coordenar e administrar as ações voltadas para a execução, acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - PMDE, e do Programa de Garantia de Renda Mínima.

Neste sentido busca elaborar e propor critérios e formas de transferência de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal, no caso do PNAE, e também diretamente às escolas, no caso do PMDE, para atender aos alunos das escolas públicas e organizações não-governamentais. Presta assessoramento técnico aos órgãos e entidades envolvidos nos programas sob sua responsabilidade, além de realizar outras atividades inerentes à sua área de competência.

6.1. PROGRAMA DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL – PMDE

O PMDE, conhecido como Dinheiro na Escola, é um dos programas que compõem a base do Programa Brasil em Ação (Gestão Eficiente) e está inserido no contexto da política educacional brasileira, tendo por objetivos:

- melhorar a qualidade do ensino;
- articular e coordenar ações junto às esferas políticas;
- reduzir as desigualdades locais e regionais;
- descentralizar ações;
- fortalecer a ação do profissional da educação;
- fortalecer a gestão da escola;
- envolver a sociedade com a educação;
- apoiar, incentivar e assegurar o acesso à escola.

Os recursos financeiros podem ser utilizados, exceto para pagamento de despesas de pessoal, em quaisquer das seguintes finalidades:

- aquisição de material permanente;
- manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;
- aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação;
- avaliação de aprendizagem;
- implementação de projeto pedagógico;
- desenvolvimento de atividades educacionais diversas.

O Dinheiro na Escola consiste na transferência de recursos financeiros em favor das escolas públicas do ensino fundamental e das escolas de educação especial, mantidas por organizações não-governamentais, sem fins lucrativos. As importâncias assim transferidas destinam-se a garantir, supletivamente, a manutenção destes estabelecimentos de ensino, bem como concorrer para melhoria do atendimento das suas necessidades básicas, assegurando-lhes condições mínimas de funcionamento.

Somente serão beneficiadas pelo programa as escolas públicas que apresentarem matrícula superior a 20 alunos no ensino fundamental, inclusive educação especial.

As escolas públicas localizadas nas regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal, com mais de 150 alunos, e nas demais regiões, com mais de 200 alunos, somente serão beneficiadas se dispuserem de unidades executoras próprias. As escolas com número de alunos superior a 20 e inferior a 150 (ou 200 de acordo com a U.F.), que não constituíram unidade executora própria, poderão receber recursos por intermédio da Secretaria de Educação ou Prefeitura Municipal, ou, ainda, associarem-se para formar uma única unidade executora.

Entende-se por unidade executora uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar (caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres etc.) responsável pela execução dos recursos financeiros recebidos do FNDE.

As escolas públicas das redes estadual e municipal do ensino fundamental localizadas nos municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária, receberam o adicional de 30% sobre os valores das Tabelas 6.1 e 6.2 abaixo.

TABELA 6.1 - DAAE								
PMDE – ENSINO FUNDAMENTAL - 1998								
Número de Alunos por Escola			Valor Anual por Escola (Em R\$)					
			Regiões NO, NE e CO *			Regiões SL, SD e DF		
			Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total
De	21 a	50	600	-	600	500	-	500
De	51 a	100	1.300	-	1.300	1.100	-	1.100
De	101 a	250	2.300	400	2.700	1.500	300	1.800
De	251 a	500	3.200	700	3.900	2.200	500	2.700
De	501 a	750	5.300	1.000	6.300	3.700	800	4.500
De	751 a	1.000	7.500	1.400	8.900	5.200	1.000	6.200
De	1.001 a	1.500	8.600	1.700	10.300	7.000	1.200	8.200
De	1.501 a	2.000	12.000	2.400	14.400	8.000	2.000	10.000
Mais de	2.000		16.000	3.000	19.000	12.000	2.500	14.500
(*) Exceto o Distrito Federal								

TABELA 6.2 - DAAE
PMDE – EDUCAÇÃO ESPECIAL- 1998

Valor Anual por Escola (Em R\$) *

Número de Alunos por Escola	Custeio	Capital	Total
De 06 a 25	350	350	700
De 26 a 45	600	600	1.200
De 46 a 65	900	900	1.800
De 66 a 85	1.200	1.200	2.400
De 86 a 125	1.600	1.600	3.200
De 126 a 200	1.900	1.900	3.800
De 201 a 300	2.300	2.300	4.600
Mais de 300	3.000	3.000	6.000

(*) para todas as regiões

OBS.: escolas com até 05 alunos – R\$ 50,00 *per capita*

No exercício de 1998, à dotação inicial de R\$ 172,9 milhões foram acrescidos R\$ 82,8 milhões de créditos adicionais, totalizando R\$ 255,7 milhões. O valor executado atingiu R\$ 252,2 milhões, representando 98,3% de realização. Além deste total, o programa contou com recursos oriundos do FUNDESCOLA, no montante de R\$ 54,2 milhões. Foram distribuídos, ao todo, R\$ 306,4 milhões, prestando assistência financeira a 130.433 escolas, conforme Tabela abaixo.

TABELA 6.3 - DAAE
PMDE - DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS - 1998

AÇÕES	Com Unidade Executora	Sem Unidade Executora	ONGs	TOTAL
Escolas atendidas	54.650	75.057	726	130.433
Alunos Beneficiados	24.395.319	4.474.019	86.993	28.956.331

6.2. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

O PNAE tem por objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, por meio do oferecimento de, no mínimo, uma refeição diária adequada, visando elevar os níveis de rendimento escolar, formar bons hábitos alimentares e evitar a evasão escolar.

Consiste na transferência de recursos financeiros para as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e Prefeituras Municipais, com vistas ao atendimento dos alunos matriculados no ensino pré-escolar, fundamental e em

entidades filantrópicas, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e cadastradas pelo Censo Escolar.

Os procedimentos adotados para atender aos clientes do PNAE no exercício de 1998 foram:

- repasse dos recursos, mensalmente, para a aquisição de gêneros alimentícios;
- estabelecimento de cronograma de dias de atendimento para cada mês.

No exercício de 1998, à dotação inicial de R\$ 633,7 milhões foram acrescidos R\$ 269,6 milhões de créditos adicionais, totalizando R\$ 903,3 milhões. Porém, o limite autorizado para execução foi de R\$ 788,5, devido, principalmente, à aprovação tardia dos créditos adicionais. Deste montante foram transferidos aos Estados e Municípios R\$ 785,5 milhões, incluindo o destaque concedido ao Colégio Pedro II, no valor de R\$ 157,6 mil.

Essa execução representou 86,9% da dotação autorizada e 99,6% do limite de gasto autorizado, mas mesmo assim garantiu o oferecimento de uma refeição diária a 35.350.300 alunos, beneficiando 4.050.300 alunos a mais do que o previsto. A Tabela 6.4 demonstra a distribuição dos recursos por Unidade da Federação e municípios.

O Programa, como uma política pública, tem buscado aperfeiçoar cada vez mais sua eficiência e eficácia no que concerne aos objetivos e metas estabelecidos, inclusive conseguindo maior adesão dos municípios à descentralização. Neste sentido foi elaborada a Medida Provisória nº 1784, de 14/12/98, que dispõe sobre o repasse automático dos recursos a partir do exercício de 1999.

TABELA 6.4 - DAAE
PNAE - ALUNOS ATENDIDOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS – 1998 (Em R\$)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ALUNOS ATENDIDOS	RECURSOS P/ ESTADOS	RECURSOS P/ MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	142.991	1.444	2.847	4.291
AP	129.441	2.464	770	3.234
AM	647.176	8.565	6.466	15.031
PA	1.710.168	8.097	34.713	42.810
RO	307.275	2.690	5.472	8.162
RR	74.688	2.185	94	2.279
TO	358.900	4.786	3.138	7.924
NORTE	3.370.639	30.231	53.499	83.730
AL	607.347	3.699	10.396	14.095
BA	3.310.123	30.054	49.556	79.610
CE	1.815.246	6.355	39.633	45.988
MA	1.634.209	8.516	33.128	41.645
PB	852.466	11.167	8.017	19.184
PE	1.708.671	14.279	30.778	45.058
PI	714.375	2.645	17.425	20.070
RN	624.387	4.740	10.836	15.575
SE	446.478	6.295	5.053	11.348
NORDESTE	11.713.302	87.751	204.822	292.573
ES	618.370	597	14.025	14.622
MG	3.856.531	51.627	23.878	75.505
RJ	2.094.700	17.133	25.893	43.026
SP	6.653.469	29.828	97.868	127.696
SUDESTE	13.223.070	99.185	161.664	260.848
PR	1.804.918	10.693	27.095	37.788
RS	1.736.951	11.554	24.617	36.170
SC	1.038.149	7.193	15.151	22.344
SUL	4.580.018	29.440	66.862	96.302
DF	371.866	6.354	0	6.354
GO	1.116.483	17.007	6.567	23.574
MT	538.954	3.618	8.206	11.825
MS	435.968	2.481	7.665	10.147
CENTRO-OESTE	2.463.271	29.461	22.438	51.899
RJ/Colégio Pedro II			158	158
TOTAL BRASIL	35.350.300	276.225	509.285	785.510

6.3. PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA – PGRM

Programa criado pela Lei nº 9.533, de 10/12/97, regulamentado pelos Decretos nºs 2.609, de 02/04/98, e 2.728, de 10/08/98, prevê o repasse de recursos aos municípios que adotem programas de transferência de renda às famílias que permitirem a permanência das crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, na escola.

É financiado parcialmente por recursos federais e, em parte, por recursos municipais provenientes de receita própria ou de parcerias estabelecidas com o estado ou, ainda, instituições privadas, entidades não-governamentais nacionais e internacionais.

A responsabilidade pela elaboração e o gerenciamento do Programa cabe ao município e a responsabilidade pela execução em todo país é do Governo Federal.

Tal programa prevê a participação de municípios que tiverem receita tributária e renda familiar *per capita* inferiores às respectivas médias do estado. Os recursos serão direcionados exclusivamente às famílias que residirem nesses municípios e que se enquadrarem nas seguintes condições, cumulativamente:

- renda familiar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo;
- filhos ou dependentes menores de 14 anos;
- comprovação, pelos responsáveis, da matrícula e da frequência de todos os seus dependentes, entre 7 e 14 anos, em escola pública ou em programas de educação especial.

O acompanhamento e avaliação permanentes da execução do programa far-se-á por intermédio do Conselho Municipal, com participação da sociedade civil e Câmara Municipal. A fiscalização e o controle serão atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas Municipal ou Estadual.

Em 1998, o programa não foi implementado por inexistência de dotação orçamentária, porém, no exercício de 1999, já existe previsão orçamentária para fazer frente à execução do Renda Mínima.

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E
PRODUÇÃO
- DIAP -**

7. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO - DIAP

À DIAP compete supervisionar, orientar e gerenciar a aquisição e a distribuição de livros didáticos aos estudantes do ensino fundamental bem como promover a prestação de apoio financeiro e logístico aos programas educacionais definidos pelo MEC que envolvam a produção, aquisição e distribuição de material pedagógico.

Além destas responsabilidades a DIAP supervisiona, orienta e acompanha as atividades referentes à administração de pessoal, contratos, convênios e licitações e aos serviços gerais e de informática do FNDE.

7.1. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD

O Programa Nacional do Livro Didático está previsto no Art. 208, inciso VII, da Constituição Federal e, em 1998, não só foi concluída a entrega dos livros didáticos – PNLD/98 – a todos os alunos do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries da rede pública (até fevereiro de 98, antes do início do ano letivo), como também deu-se a negociação, aquisição e entrega, na sua quase totalidade, dos exemplares do PNLD/99, cujo atendimento abrangeu todos os alunos do ensino fundamental de 1ª a 8ª séries da rede pública, conforme Tabelas a seguir:

TABELA 7.1 - DIAP COMPOSIÇÃO PARA ATENDIMENTO DO PNLD - 1998			
SÉRIE	CLIENTELA	COMPONENTES	INSTRUMENTO DE ESCOLHA DO PROFESSOR
1ª	Todos os alunos	- Alfabetização - Português - Matemática - Ciências - Estudos Sociais	Guia do PNLD/98
2ª a 4ª	Todos os alunos	- Português - Matemática - Ciências - Estudos Sociais	Guia do PNLD/98

TABELA 7.2 - DIAP
COMPOSIÇÃO PARA ATENDIMENTO DO PNLD - 1999

SÉRIE	CLIENTELA	COMPONENTES	INSTRUMENTO DE ESCOLHA DO PROFESSOR
1ª	Todos os alunos	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização - Português - Matemática - Ciências - Estudos Sociais 	Guia do PNLD/98
2ª a 4ª	Diferença de matrícula de 1998 (mesmos livros encaminhados no PNLD/98)	<ul style="list-style-type: none"> - Português - Matemática - Ciências - Estudos Sociais 	
5ª a 8ª	Todos os alunos	<ul style="list-style-type: none"> - Português - Matemática - Ciências - Geografia - História 	Guia do PNLD/99

Tanto para o PNLD/98 como para o PNLD/99, sistemáticas de operacionalização foram introduzidas em todas as fases de execução dos Programas, assim como o maior rigor atribuído aos processos de aquisição, produção e distribuição dos livros, associado ao monitoramento realizado em parceria por técnicos do FNDE, das Delegacias do MEC e das Secretarias Estaduais de Educação, asseguraram maior agilidade e eficácia na distribuição do material.

O valor do investimento anual para o Programa é definido de acordo com a Resolução nº 06, de 13 de dezembro de 1993, do Conselho Deliberativo do FNDE e garantido por recursos advindos da Quota Federal do Salário-Educação.

Os recursos gastos, nesse exercício, para o término da distribuição dos livros (a aquisição e grande parte da distribuição ocorreram no exercício de 97) foram da ordem de R\$ 21,0 milhões. Quanto ao PNLD/99 (atendimento a cerca de 32,9 milhões de alunos das redes públicas), os gastos com produção e distribuição do Guia do Livro Didático, bem como para aquisição e distribuição dos livros e seu controle de qualidade foram de R\$ 342.5 milhões. A Tabela 1 do Anexo 4 – DIAP demonstra a execução físico-financeira do programa.

O PNLD atua de duas formas: i) na aquisição descentralizada, o FNDE, por meio de convênio, repassa os recursos aos estados, que executam todo o processo de seleção dos livros, processamento da escolha realizada pelos professores, bem como a aquisição e distribuição dos livros às escolas (somente os estados de Minas Gerais e São Paulo, optaram por essa modalidade de participação

no programa); ii) na aquisição centralizada, a Autarquia assume todas as etapas que envolvem a execução do programa.

Com o propósito de aprimorar e maximizar os resultados do Programa, novas ações são implantadas a cada ano. Em 1998, dentre as ações mais significativas, pode-se destacar:

- adoção de nova especificação técnica para o sistema de embalagem (shrink) e transporte, objetivando maior segurança quanto à preservação do material a ser recebido pelas escolas (PNLD/99);
- realização, em Aracaju - SE do “II Encontro Técnico para Avaliação do PNLD/98” com a participação de técnicos do FNDE, representantes da SEF/MEC, das Delegacias do MEC, das Secretarias Estaduais de Educação e da ECT, no qual foram evidenciados inúmeros pontos positivos, contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento do Programa;
- utilização de código de barras, para cada título do PNLD/99, em etiquetas auto-adesivas a serem coladas nos formulários de indicação dos livros pelos professores; e
- elaboração e implantação do Sistema de Controle de Postagens – SICOP nas editoras participantes do PNLD/99.

Na Tabela 2 do Anexo 4 - DIAP são arroladas as principais modificações ocorridas entre os PNLD 98 e 99, quanto ao processo de distribuição.

No PNLD/98, a grande e inovadora mudança foi a busca da tecnologia, contratando-se, para isso, uma instituição de renome no mercado editorial, Escola SENAI Theobaldo de Nigris – escola técnica de serviços gráficos – que realizou testes e elaborou laudos, atestando, assim, a boa qualidade dos livros adquiridos.

Para o PNLD/99, com o mesmo intuito alcançado no Programa anterior, contratou-se o Instituto Nacional de Tecnologia – INT, também uma renomada instituição do cenário brasileiro.

Foi aprovada, pelo Conselho Deliberativo do FNDE, a Resolução nº 21, de 25/11/98, que estabelece a forma de utilização dos livros. Resumidamente, pode ser assim descrita:

- Livros para a 1ª série: por serem consumíveis, serão repostos anualmente;
- Livros de 2ª a 8ª séries: deverão ser utilizados durante três anos consecutivos.

7.2. PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE

O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, instituído pela Portaria Ministerial nº 584, de 28/04/97, teve a distribuição de seu primeiro acervo efetivada durante o ano de 1998.

O PNBE distribuiu, às escolas da rede pública do ensino fundamental com mais de 500 alunos, cadastradas por meio do Censo Escolar/96, parte do acervo adquirido em 97, contendo obras de literatura e de referência, bem como outros materiais de apoio, totalizando 215 títulos, mapas e globos terrestres. Até o ano de 1999, cada município terá recebido, pelo menos, um acervo completo do PNBE. Essas obras comporão a referida biblioteca e deverão ser colocadas à disposição da comunidade.

Os livros que compõem o acervo do PNBE – Tabela 3 do Anexo 4 – DIAP - foram adquiridos com recursos orçamentários de 1997.

Além de livros didáticos e bibliotecas, foram adquiridos os seguintes periódicos:

- a) Revista Nova Escola (para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste):
 - escolas públicas do ensino fundamental com número de matrículas acima de 99 alunos – 1 exemplar; e
 - escolas públicas do ensino fundamental com número de matrícula a partir de 100 alunos – 2 exemplares.
- b) Revista Ciência Hoje das Crianças – SBPC (para todas as regiões do País):
 - escolas públicas do ensino fundamental com número de matrículas até 198 alunos – 02 exemplares;
 - escolas públicas do ensino fundamental com número de matrícula a partir de 199 alunos – 03 exemplares; e
 - Secretarias Estaduais de Educação - 05 exemplares.

TABELA 7.3 - DIAP PNBE – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 1998 (Em R\$)	
OBJETO	VALOR
Distribuição de acervos do PNBE/97	2.829.449
Elaboração do acervo para o PNBE/99 (FNLIJ)	66.998
Aquisição de globos terrestres para o PNBE/97	1.202.400
Aquisição e distribuição do periódico "Nova Escola" (Fundação Victor Civita)	1.898.160
Aquisição do periódico "Ciência Hoje das Crianças" (SBPC)	1.419.000
Distribuição de cartas simples e periódicos (SECON)	672.000
Elaboração e fornecimento de sistemas administrativo de recursos para Bibliotecas (Fundação Prefeito Faria Lima)	425.000
Produção de material de apoio pedagógico (Fundação Biblioteca Nacional)	300.000
TOTAL	8.813.007

7.3. PROGRAMA NACIONAL DE EDITORAÇÃO

O Programa Alfabetização Solidária, criado com o objetivo de combater o analfabetismo é voltado para jovens e adultos com baixa escolaridade e sem acesso ao mercado de trabalho. Por meio de parcerias, o MEC, empresas, universidades públicas e privadas e prefeituras contribuem para o Programa segundo suas capacidades de conhecimento, com experiência, trabalho ou financeiramente, somando esforços no combate às desigualdades, especialmente nas regiões e populações mais necessitadas. O FNDE participa dessa parceria fornecendo e distribuindo material didático e pedagógico para o treinamento de professores e para a utilização dos alunos no decorrer do curso.

Em 1998 foram adquiridos 5.374.000 livros, 25.000 dicionários, 880.000 canetas, 400.000 caixas de lápis de cor, 20.000 conjuntos de pincel atômico, 400.000 folhas de cartolina, 20.000 conjuntos de canetas hidrográficas e 20.000 tesouras.

O FNDE aplicou o montante de R\$ 5,0 milhões, sendo R\$ 3,6 milhões na aquisição de materiais e R\$ 1,4 milhões na distribuição de kits, conforme demonstrado na Tabela 7.4, que acrescido do custo do material utilizado do depósito, totaliza R\$ 6,7 milhões.

Em 1998 foram distribuídos 427.341 *kits* aos municípios e universidades indicados pelo Programa Comunidade Solidária, no total de 588 municípios e 164 universidades.

TABELA 7.4 - DIAP PROGRAMA NACIONAL DE EDITORAÇÃO (Em R\$)			
CREDOR	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR
Imprensa Nacional	Aquisição de livros	915.000	364.800
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	Aquisição de livros	1.200.000	717.000
Esdeva/JB/Ideal/Foroni	Aquisição de livros	391.000	269.425
Imprensa Nacional	Aquisição de livros	8.000	15.200
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT	Transporte		1.403.921
Editora Módulo	Aquisição de livros	2.860.000	1.359.526
BK/Faber Castell/ Pelkote/ Kalunga /Ripel	Aquisição de Materiais Escolares	1.940.000	533.560
Difusão Cultural / Melhoramentos / Ática / Nova Fronteira/Moderna	Dicionários Escolares	25.000	376.100
TOTAL			5.039.532

A composição dos *kits* consta da Tabela 4 do Anexo 4 – DIAP.

7.4. ADMINISTRAÇÃO

A DIAP, como órgão seccional dos Sistemas de Pessoal Civil - SIAPE, de Administração de Recursos de Informação e Informática - SISP e de Serviços Gerais - SISG controla os recursos da administração geral e de pessoal, os serviços gerais, a informática e os contratos e licitações do órgão.

No exercício de 1998, à dotação de R\$ 203,6 milhões, foram acrescidos R\$ 11,9 milhões em créditos adicionais totalizando R\$ 215,5 milhões. Desse valor deve-se destacar o montante de R\$ 150,1 milhões para o pagamento de sentenças judiciais referentes a exercícios anteriores, restando portanto R\$ 65,4 milhões para a administração do órgão, sendo R\$ 7,4 milhões para acompanhamento e fiscalização dos programas e projetos e do SME e R\$ 28,2 milhões para despesas com pessoal.

Desta dotação foram gastos R\$ 52,9 milhões, o que representou uma execução de 80,9 % da dotação. Tais despesas foram realizadas para a execução das atividades internas, diretamente relacionadas a: manutenção da instituição;

pagamento de inativos e pensionistas; programas; servidores; e acompanhamento e fiscalização da arrecadação do Salário-Educação, diretamente ou em parceria com as Delegacias do MEC, bem como projetos e programas financiados.

Na manutenção dos serviços administrativos, inclusive no acompanhamento e fiscalização do Sistema de Manutenção de Ensino Fundamental – SME, foram executados R\$ 39,5 milhões, dos quais, merecem destaque R\$ 12,2 milhões relativos a pagamentos de vencimentos e vantagens fixas do pessoal ativo, a um contingente, em 31/12/98, de 521 servidores, inclusive requisitados e sem vínculo, com ônus para o FNDE entre pessoal de apoio, pessoal técnico e dirigentes da Autarquia.

A Tabela 7.5 demonstra o gasto com Outros Serviços de Terceiros.

TABELA 7.5 – DIAP		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – 1998 (Em R\$)		
ATIVIDADE	FORNECEDOR	VALOR
I N F O R M Á T I C A	Poliedro	7.400
	Telebrasil	571
	C. A Computer Associates	277
	FIA USP	4.032
	Oracle do Brasil	566
	Engesoftware	179
	Q. I. T. Informática	59
	NewShop	27
	T&G	116
	Del Line	4
	Microtécnica Loc. Equip.	41
	Software e Soluções	3
	Xerox	448
	CIDD	11
	Phelipe Informática	3
	TecnoWorld	1
	C&D Informática	15
	ECT	1.202
	EMBRATEL	136
	SUBTOTAL	15.091
PUBLICAÇÃO OFICIAL	D.I.N	1.823
ESTUDOS E PESQUISA	CEPAM	322
	FIPE	689
OUTROS		473
	TOTAL	18.398

Fonte: CSG/DIAPRO

7.4.1. PROJETOS DE INFORMÁTICA

A mudança tecnológica idealizada pelo FNDE pressupõe a concepção de uma infra-estrutura computacional moderna, exigindo o redesenho das aplicações, cujo levantamento e especificação inicial aconteceram ainda em

1997, ficando a implantação da infra-estrutura e dos novos sistemas e serviços para o exercício de 1998.

Consolidou-se aí a arquitetura cliente/servidor, com a operacionalização de servidores de bancos de dados e servidores de serviços de rede; readequação da infra-estrutura de rede, ampliando componentes (switch's, hub's e roteadores) e expandindo a quantidade de pontos; além da implantação de serviços, tais como, correio eletrônico e Internet.

No ano de 1998 deu-se a implantação do Sistema de Apoio ao Programa Nacional do Livro Didático e seu Módulo Gerencial (Geo PNLD), Sistema de Financiamento da Educação (módulos de Projeto e Pagamento para os programas PTA, PNTE, PNSE, PMDE e PGRM), Sistema de Arrecadação/SME (módulos básicos), e o desenvolvimento do Sistema de Prestação de Contas.

Deve-se destacar, ainda, avanços significativos relativos à gestão do projeto de informatização, como elaboração de Plano de Ação, implantação de modelo de gerência de projetos de informática, normatização e padronização de serviços e regulamentação de contratos, a exemplo da Oracle (Banco de Dados), e Computer Associates (Gerência de Redes – TNG).

Há de se destacar, ainda, a implantação do serviço 0800, com a disponibilização do atendimento automático relativo as informações de liberação de verbas dos programas de assistência financeira, por meio de Unidade Remota de Atendimento – URA.

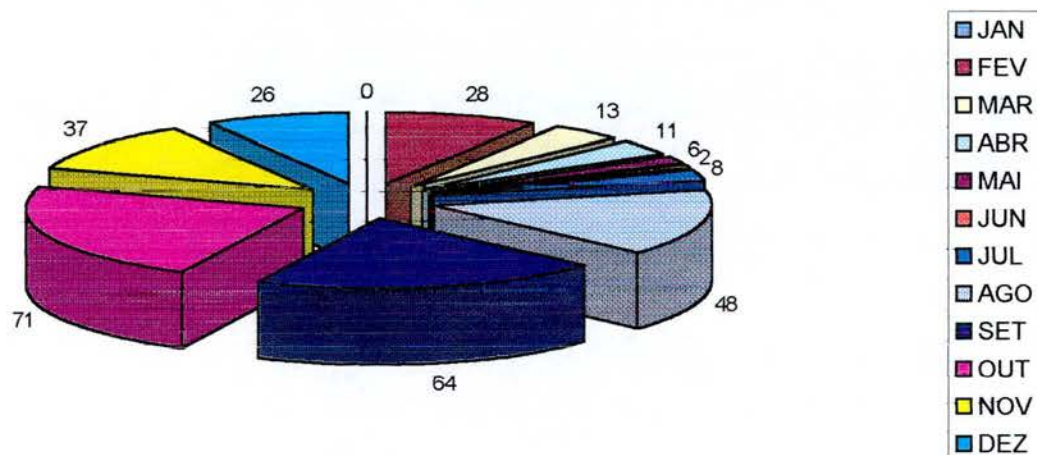
A Tabela 5 do Anexo 4 – DIAP demonstra os dispêndios da área administrativa, por elemento de gasto.

7.4.2. RECURSOS HUMANOS

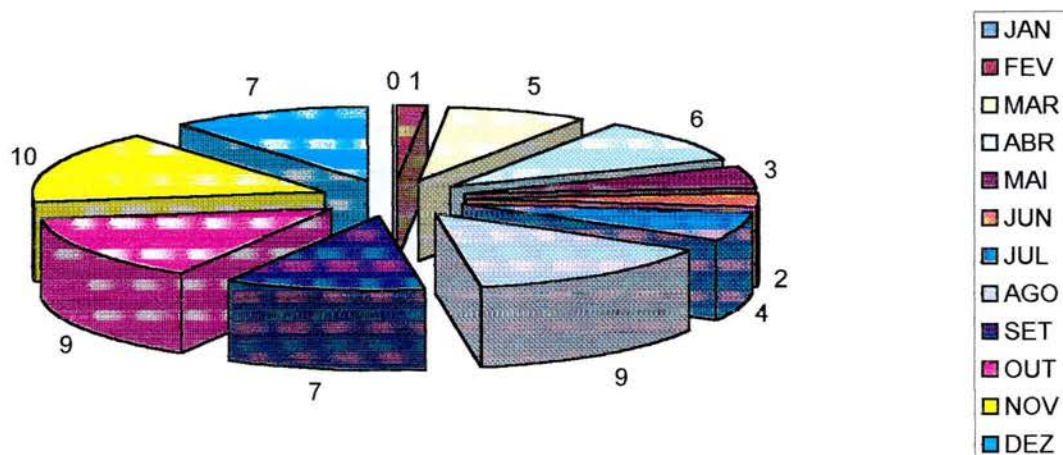
Quanto aos recursos humanos, o FNDE encerrou o exercício de 1998 com 417 funcionários ativos, sendo que, destes 317 participaram de treinamentos – 76% do efetivo – a um custo de R\$ 103,2 mil, ou 0,16% da dotação orçamentária da Administração. Apesar da exigüidade do seu Quadro de pessoal o FNDE cedeu, a diversos Órgãos dos três Poderes, 104 servidores. Há que se destacar, ainda, a realização de concurso público que resultou na posse de 13 de Procuradores Autárquicos.

MÊS	Nº DE PARTICIPANTES	Nº DE TREINAMENTOS
JAN	0	0
FEV	28	1
MAR	13	5
ABR	11	6
MAI	6	3
JUN	2	2
JUL	8	4
AGO	48	9
SET	64	7
OUT	71	9
NOV	37	10
DEZ	26	7
TOTAL	314	63

Nº DE SERVIDORES TREINADOS EM 1998



Nº DE TREINAMENTOS EM 1998



ANEXO 1

- DIAFI -

TABELA 1 - DIAFI					
ARRECAÇÃO BRUTA MENSAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – 1998 (Em R\$ Mil)					
MÊS	FNDE	INSS	TOTAL	(%) MEN	(%) ACUM
JAN	113.566	94.990	208.556	8,48	8,48
FEV	118.431	108.150	226.581	9,21	17,69
MAR	116.315	61.448	177.763	7,23	24,92
ABR	113.137	61.443	174.580	7,10	32,01
MAIO	110.071	78.580	188.651	7,67	39,68
JUN	108.763	82.465	191.228	7,77	47,46
JUL	102.579	77.648	180.227	7,33	54,78
AGO	108.669	88.262	196.931	8,01	62,79
SET	106.166	83.483	189.649	7,71	70,50
OUT	104.781	87.904	192.685	7,83	78,33
NOV	103.855	98.060	201.916	8,21	86,54
DEZ	194.347	136.698	331.045	13,46	100,00
TOTAL	1.400.681	1.059.131	2.459.812	100,00	
Fonte: DIAFI/FNDE					

TABELA 2 - DIAFI
ARRECAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR VIA ARRECADADORA
E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 1998 (Em R\$ Mil)

U.F.	FNDE		INSS		FNDE+INSS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
AC	822	0,06	1.084	0,10	1.906	0,08
AM	16.267	1,16	8.473	0,80	24.740	1,01
AP	484	0,03	1.112	0,10	1.596	0,06
PA	15.000	1,07	9.466	0,89	24.466	0,99
RO	3.321	0,24	3.058	0,29	6.379	0,26
RR	431	0,03	681	0,06	1.112	0,05
TO	1.090	0,08	2.056	0,19	3.146	0,13
NORTE	37.415	2,67	25.930	2,45	63.345	2,58
AL	4.740	0,34	4.455	0,42	9.195	0,37
BA	49.195	3,51	25.577	2,41	74.772	3,04
CE	22.765	1,63	8.819	0,83	31.584	1,28
MA	7.797	0,56	4.492	0,42	12.289	0,50
PB	9.840	0,70	4.618	0,44	14.458	0,59
PE	37.011	2,64	16.072	1,52	53.083	2,16
PI	5.813	0,42	2.336	0,22	8.149	0,33
RN	8.589	0,61	4.791	0,45	13.380	0,54
SE	8.841	0,63	3.311	0,31	12.152	0,49
NORDESTE	154.591	11,04	74.471	7,03	229.062	9,31
ES	18.538	1,32	16.482	1,56	35.020	1,42
MG	103.097	7,36	90.631	8,56	193.728	7,88
RJ	199.348	14,23	113.584	10,72	312.932	12,72
SP	590.889	42,19	522.154	49,30	1.113.043	45,25
SUDESTE	911.872	65,10	742.851	70,14	1.654.723	67,27
PR	71.477	5,10	63.603	6,01	135.080	5,49
SC	46.721	3,34	62.766	5,93	109.487	4,45
RS	106.611	7,61	33.888	3,20	140.499	5,71
SUL	224.809	16,05	160.257	15,13	385.066	15,65
DF	37.650	2,69	20.334	1,92	57.984	2,36
GO	19.467	1,39	16.460	1,55	35.927	1,46
MS	6.248	0,45	8.793	0,83	15.041	0,61
MT	8.629	0,62	10.035	0,95	18.664	0,76
CENTRO-OESTE	71.994	5,14	55.622	5,25	127.616	5,19
BRASIL	1.400.681	100,00	1.059.131	100,00	2.459.812	100,00

Fontes: GEARC/DIAFI

TABELA 3 - DIAFI				
MODALIDADE ESCOLA PRÓPRIA				
Número de Escolas, Alunos e Valor Aplicado por Unidade da Federação - 1998				
U.F.	ESCOLAS	ALUNOS	VALOR (Em R\$)	PART. %
AC	-	-	-	-
AM	2	325	81.900	3,54%
AP	-	-	-	-
PA	2	666	167.832	7,25%
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
TO	1	15	3.780	0,16%
NORTE	5	1006	253512	10,95%
AL	5	1076	271.152	11,71%
BA	6	406	102.312	4,42%
CE	1	95	23.940	1,03%
MA	-	-	-	-
PB	-	-	-	-
PE	42	2806	707.112	30,53%
PI	-	-	-	-
RN	1	77	19.404	0,84%
SE	1	262	66.024	2,85%
NORDESTE	56	4722	1.189.944	51,38%
ES	-	-	-	-
MG	2	479	120.708	5,21%
RJ	-	-	-	-
SP	2	425	107.100	4,62%
SUDESTE	4	904	227.808	9,84%
PR	3	411	103.572	4,47%
SC	1	268	67.536	2,92%
RS	5	777	195.804	8,45%
SUL	9	1456	366.912	15,84%
DF	-	-	-	-
GO	5	844	212.688	9,18%
MS	-	-	-	-
MT	1	258	65.016	2,81%
CENTRO-OESTE	6	1102	277.704	11,99%
BRASIL	80	9.190	2.315.880	100,00%
Fonte: GEARC/DIAFI				

TABELA 4 - DIAFI
MODALIDADE INDENIZAÇÃO DE DEPENDENTES
Número de Alunos e Valor Aplicado por Unidade da Federação - 1998

U.F.	ALUNOS	VALOR (Em R\$)	PART. %
AC	500	126.000	0,15%
AM	4688	1.181.376	1,39%
AP	73	18.396	0,02%
PA	7249	1.826.748	2,15%
RO	755	190.260	0,22%
RR	24	6.048	0,01%
TO	641	161.532	0,19%
NORTE	13.930	3.510.360	4,13%
AL	4592	1.157.184	1,36%
BA	23531	5.929.812	6,97%
CE	10862	2.737.224	3,22%
MA	7514	1.893.528	2,23%
PB	3258	821.016	0,97%
PE	18181	4.581.612	5,39%
PI	4867	1.226.484	1,44%
RN	6694	1.686.888	1,98%
SE	4736	1.193.472	1,40%
NORDESTE	84.235	21.227.220	24,96%
ES	11899	2.998.548	3,53%
MG	25600	6.451.200	7,59%
RJ	51212	12.905.424	15,17%
SP	73718	18.576.936	21,84%
SUDESTE	162.429	40.932.108	48,13%
PR	18260	4.601.520	5,41%
SC	14151	3.566.052	4,19%
RS	18222	4.591.944	5,40%
SUL	50.633	12.759.516	15,00%
DF	10075	2.538.900	2,99%
GO	9504	2.395.008	2,82%
MS	2578	649.656	0,76%
MT	4123	1.038.996	1,22%
CENTRO-OESTE	26.280	6.622.560	7,79%
BRASIL	337.507	85.051.764	100,00%

Fonte: GEARC/DIAFI

TABELA 5 - DIAFI				
MODALIDADE AQUISIÇÃO DE VAGAS				
Número de Escolas, Alunos e Valor Aplicado por Unidade da Federação - 1998				
U.F.	ESCOLAS	ALUNOS	VALOR (Em R\$)	PART. %
AC	-	-	-	-
AM	7	507	127.764	0,71%
AP		0	0	0,00%
PA	13	1308	329.616	1,83%
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
TO	-	-	-	-
NORTE	20	1815	457.380	2,53%
AL	3	45	11.340	0,06%
BA	127	6409	1.615.068	8,95%
CE	207	13164	3.317.328	18,38%
MA	28	738	185.976	1,03%
PB	113	6256	1.576.512	8,74%
PE	182	11046	2.783.592	15,43%
PI	47	2205	555.660	3,08%
RN	22	1395	351.540	1,95%
SE	28	1289	324.828	1,80%
NORDESTE	757	42547	10.721.844	59,42%
ES	1	38	9.576	0,05%
MG	11	491	123.732	0,69%
RJ	65	6007	1.513.764	8,39%
SP	183	18300	4.611.600	25,56%
SUDESTE	260	24836	6.258.672	34,68%
PR	14	1090	274.680	1,52%
SC	1	95	23.940	0,13%
RS	4	140	35.280	0,20%
SUL	19	1325	333.900	1,85%
DF	-	-	-	-
GO	22	749	188.748	1,05%
MS	5	157	39.564	0,22%
MT	3	179	45.108	0,25%
CENTRO-OESTE	30	1085	273.420	1,52%
BRASIL	1.086	71.608	18.045.216	100,00%

Fonte: GEARC/DIAFI

Obs: Valor SIAFI/STN - R\$ 22.710.704. Diferença de R\$ 4.665.488, relativa a exercício anterior.

TABELA 6 - DIAFI CONSOLIDADO				
Escola Própria, Aquisição de Vagas e Indenização de Dependentes Número de Escolas, Alunos e Valor Aplicado por Unidade da Federação - 1998				
U.F.	ESCOLAS	ALUNOS	VALOR (Em R\$)	PART. %
AC	0	500	126.000	0,12%
AM	9	5520	1.391.040	1,32%
AP	0	73	18.396	0,02%
PA	15	9223	2.324.196	2,20%
RO	0	755	190.260	0,18%
RR	0	24	6.048	0,01%
TO	1	656	165.312	0,16%
NORTE	25	16.751	4.221.252	4,00%
AL	8	5713	1.439.676	1,37%
BA	133	30346	7.647.192	7,25%
CE	208	24121	6.078.492	5,76%
MA	28	8252	2.079.504	1,97%
PB	113	9514	2.397.528	2,27%
PE	224	32033	8.072.316	7,66%
PI	47	7072	1.782.144	1,69%
RN	23	8166	2.057.832	1,95%
SE	29	6287	1.584.324	1,50%
NORDESTE	813	131.504	33.139.008	31,43%
ES	1	11937	3.008.124	2,85%
MG	13	26570	6.695.640	6,35%
RJ	65	57219	14.419.188	13,67%
SP	185	92443	23.295.636	22,09%
SUDESTE	264	188.169	47.418.588	44,97%
PR	17	19761	4.979.772	4,72%
SC	2	14514	3.657.528	3,47%
RS	9	19139	4.823.028	4,57%
SUL	28	53.414	13.460.328	12,76%
DF	0	10075	2.538.900	9,00%
GO	27	11097	2.796.444	2,65%
MS	5	2874	724.248	0,69%
MT	4	4560	1.149.120	1,09%
CENTRO-OESTE	36	28.606	7.208.712	6,84%
BRASIL	1.166	418.444	105.447.888	100,00%
Fonte: GEARC/DIAFI				

TABELA 7 - DIAFI
RESULTADO DA ATUAÇÃO DO PROINSPE
Quantidades por Unidade da Federação – 1998

U.F.	Empresas Optantes (A)	Empresas Inspecionadas (B)	B/A (%)	Escolas Prestadoras de Serviços (C)	Escolas Inspecionadas (D)	D/C (%)	Alunos Glosa- dos
AC	26	22	85	0	0	0	0
AP	23	21	91	0	0	0	0
AM	278	60	22	9	2	22	
PA	283	69	24	15	4	27	
RO	84	0	0	0	0	0	0
RR	21	0	0	0	0	0	0
TO	58	0	0	1			
NORTE	773	172	22	25	6	24	0
AL	128	5	4	8	7	88	160
BA	765	53	7	133	25	19	
CE	1.185	74	6	208	41	20	77
MA	218	31	14	28	22	79	70
PB	339	0	0	113	0	0	0
PE	883	70	8	224	38	17	27
PI	254	73	29	47	47	100	11
RN	231	8	3	23	6	26	0
SE	214	0	0	29	0	0	0
NORDESTE	4.217	314	7	813	186	23	345
ES	277	3	1	1	5	500	0
MG	1.050	101	10	13	26	200	11
RJ	2.165	72	3	65	22	34	65
SP	3.368	173	5	185	7	4	0
SUDESTE	6.860	349	5	264	60	23	76
PR	1.046	157	15	17	14	82	18
RS	1.840	81	4	9	6	67	
SC	661	191	29	2	0	0	2
SUL	3.547	429	12	28	20	71	20
DF	312	34	11	0	0	0	0
GO	545	50	9	27	7	26	0
MS	166	0	0	5	0	0	0
MT	283	23	8	4	5	125	0
CENTRO-OESTE	1.306	107	8	36	12	33	0
BR	16.703	1.371	8	1.166	284	24	441

OBS: O número de 441 alunos glosados corresponde a R\$ 111,132 mil por ano.

TABELA 8 - DIAFI								
PROINSPE – EMPRESAS NOTIFICADAS – 1998							(Em R\$)	
U.F.	Notificação de Débito através do INSS		Notificação PROINSPE		Carta de Irregularidade Fechamento Financeiro		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AL	0	0	0	0	175	*	175	0
AM	1	5.037	17	267.266	0	0	18	272.303
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	7	116.013	5	4.019	0	0	12	120.032
CE	3	5.780	16	188.214	0	0	19	193.994
DF	0	0	6	221.863	0	0	6	221.863
ES	33	106.045	2	434.870	0	0	35	540.916
GO	0	0	11	5.283.084	0	0	11	5.283.084
MA	0	0	0	0	0	0	0	0
MG	11	154.268	6	392.907	0	0	17	547.175
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
MT	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	5	47.997	0	0,00	0	0	5	47.997
PE	2	54.116	26	705.005	0	0	28	759.121
PI	0	0	0	0	0	0	0	0
PR	20	1.230.840	1	6.037	0	0	21	1.236.877
RJ	17	6.932.448	14	6.801.619	0	0	31	13.734.067
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
RS	23	1.542.245	26	3.000.136	0	0	49	4.542.381
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
SC	6	411.658	0	0	0	0	0	411.658
SE	0	0	0	0	242	*	242	0
SP	62	27.852.674	27	3.707.507	0	0	89	31.560.180
TO	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	190	38.459.121	157	21.012.526	417	0	758	59.471.647

Fonte: GEARC/DIAFI

* No Relatório, não foram considerados os valores cobrados através das Cartas de Irregularidade pelo fato de estes, normalmente, serem alterados na análise da defesa apresentada pela empresa.

TABELA 9 - DIAFI
PROINSPE – PARCELAMENTOS EM ANDAMENTO E PROCESSOS
ENCAMINHADOS - 1998 (Em R\$)

MÊS	QUANT. PREVISTAS	QUANT. PAGAS	VALOR PREVISTO	VALOR PAGO
JANEIRO	908	392	3.624.365,66	1.915.608,04
FEVEREIRO	883	362	3.607.865,55	1.923.263,92
MARÇO	829	351	3.473.454,15	1.807.339,92
ABRIL	813	327	3.473.126,83	1.776.931,82
MAIO	836	354	3.496.934,41	1.814.144,77
JUNHO	816	334	3.487.937,68	1.787.305,48
JULHO	795	323	3.487.904,65	1.798.970,06
AGOSTO	773	301	3.480.866,49	1.774.352,22
SETEMBRO	796	325	3.524.652,81	1.827.834,67
OUTUBRO	786	310	3.420.718,46	1.826.335,64
NOVEMBRO	769	303	3.290.027,36	1.896.406,55
DEZEMBRO	735	290	3.244.964,22	1.951.002,05

QUANTIDADE DE PARCELAMENTOS CONCEDIDOS EM 1998

JUNHO	31			
OUTUBRO	30			
NOVEMBRO	14			
DEZEMBRO	10			
TOTAL	85			

QUANTIDADE DE PROCESSOS ENCAMINHADOS À PROCURADORIA EM 1998

ABRIL	14			
JUNHO	3			
JULHO	9			
NOVEMBRO	25			
DEZEMBRO	59			
TOTAL	110			

TABELA 10 - DIAFI
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS - 1998

FONTE DE RECURSOS	(Em R\$)		ATO LEGAL		
	SUPLEMENTAÇÃO (+)	CANCELAMENTO (-)	DECRETO DE	LEI Nº	DATA
100	149.466.725	149.466.725	30/09/98		
100	11.522.165	-	22/12/98		
	160.988.890	149.466.725			
112	26.048.034	-	22/12/98		
	26.048.034	-			
113	75.412.908	-	25/11/98		
113	5.988.800	5.988.800	08/12/98		
	81.401.708	5.988.800			
148	32.000.000	-	30/07/98		
	32.000.000	-			
151	35.729.962	-	30/09/98		
151	152.708.631	-	22/12/98		
	188.438.593	-			
199	222.492	273.593	08/12/98		
199	8.335.061	1.056.007	22/12/98		
	8.557.553	1.329.600			
213	9.500.000	9.500.000	01/07/98		
213	61.740.000	82.480.000	25/11/98		
213	7.208.739	7.208.739	08/12/98		
213	208.261	208.261	16/12/98		
213	2.468.700	2.468.700	22/12/98		
	81.125.700	101.865.700			
292	231.759.259	-	15/06/98		
292	5.003.898	-		9.667	23/06/98
292	61.945.635	-		9.666	23/06/98
	298.708.792	-			
329	500.000.000	-		9.663	19/06/98
329	-	54.672.908	25/11/98		
	500.000.000	54.672.908			
TOTAL	1.377.269.270	313.323.733			
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	1.063.945.537				

TABELA 11 – DIAFI
DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO, EXECUÇÃO E SALDO ORÇAMENTÁRIO, POR SUBPROJETO/SUBATIVIDADE - 1998

PROGRAMA DE TRABALHO/SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL LEI 9598/97 (A)	CRÉDITO ADICIONAIS (B)	DOTAÇÃO FINAL C=(A+B)	EXECUTADO EMPENHO / DESTAQUE (D)	SALDO (C-D)
A – DESPESAS ADMINISTRATIVAS	203.643.998	11.890.876	215.534.874	202.634.550	12.900.324
08.007.0021.4900.0001- Manutenção dos Serviços Administrativos	33.213.906	11.948.928	45.162.834	35.639.616	9.523.218
08.007.0021.4907.0001- Sentença Judicial	150.078.319	-273.593	149.804.726	149.720.180	84.546
08.008.0030.2299.0001- Acompanhamento e Fiscalização S.M.E.	4.800.000	208.261	4.591.739	2.606.594	1.985.145
08.041.0190.4500.0001- Assistência Pré-Escolar	324.000	0	324.000	171.558	152.442
08.042.0021.4544.0001- Acomp. Fiscalização de Progr/Proj. Educacionais	2.600.000	0	2.600.000	2.193.711	406.289
08.075.0428.2004.0005- Assistência Médica e Odontológica a Servidor	1.038.000	0	1.038.000	1.028.820	9.180
08.078.0486.4089.0003- Concessão de Vale-Transporte	601.000	0	601.000	423.553	177.447
08.078.0486.4089.0006- Auxílio Refeição	424.000	0	424.000	311.835	112.165
15.082.0495.2013.0001- Encargos com Inativos e Pensionistas	9.176.366	215.541	9.391.907	8.942.069	449.838
15.084.0492.2012.0001- PASEP	1.388.407	208.261	1.596.668	1.596.612	56
B - SISTEMA DE MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SME	47.841.000	0	47.841.000	23.313.909	24.527.091
08.042.0235.2300.0001- Aquisição de Vagas na Rede Particular de Ensino	47.841.000	0	47.841.000	23.313.909	24.527.091
C - FINANCIAMENTO DE PROJETOS/PROGRAMAS	1.856.128.281	1.052.054.661	2.908.182.942	2.536.817.973	371.364.969
C1 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL (SEEC)	2.000.000	1.281.430	3.281.430	942.500	2.338.930
08.009.0021.4530.0003- Sistema de Informações Educacionais	2.000.000	1.281.430	3.281.430	942.500	2.338.930
C2 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	23.868.200	0	23.868.200	18.177.723	5.690.477
08.041.0190.2290.0137- Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	23.868.200	0	23.868.200	18.177.723	5.690.477
C3 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.742.113.281	1.050.773.231	2.792.886.512	2.498.999.867	293.886.645
08.042.0181.4537.0001- Fundo de Valorização do Magistério	269.100.000	155.849.253	424.949.253	424.949.252	1
08.042.0187.4952.0001- Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos	53.700.000	0	53.700.000	35.564.190	18.135.810
08.042.0188.1710.0002- Desenvolv. da Educação Básica para Nordeste II	33.900.000	800.000	34.700.000	30.724.959	3.975.041
08.042.0188.1710.0003- Desenvolv. da Educação Básica para Nordeste III	62.000.000	36.000.000	98.000.000	70.457.483	27.542.517
08.042.0188.3444.0001- Aquis/Distrib. de Equip. de Microinform. às Esc. Públ.	50.629.302	115.661.743	166.291.045	101.289.562	65.001.483
08.042.0188.3499.0001- Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA	59.100.000	46.148.290	105.248.290	93.815.503	11.432.787
08.042.0188.4527.0001- TV Escola	10.000.000	0	10.000.000	10.000.000	0
08.042.0188.4528.0001- Escolas Públicas - Gestão Eficiente	172.725.000	82.797.236	255.522.236	252.218.160	3.304.076
08.042.0188.4541.0002- Desenvolvimento do Ensino Fundamental	85.000.000	171.882.847	256.882.847	213.745.676	43.137.171
08.042.0236.2293.0001- Livro Didático	227.130.000	103.804.120	330.934.120	330.934.118	2
08.042.0236.2293.0154- Biblioteca da Escola	28.000.000	11.087.670	39.087.670	39.000.626	87.044
08.042.0237.2304.0003- Editoração	12.812.979	108.210	12.921.189	12.918.824	2.365
08.042.0239.3273.0001- Transporte Escolar	17.500.000	57.001.520	74.501.520	73.937.564	563.956
08.042.0428.2298.0003- Saúde do Escolar	26.792.000	0	26.792.000	23.934.160	2.857.840
08.042.0427.2487.0000- Alimentação Escolar - Geral	633.724.000	269.632.342	903.356.342	785.509.788	117.846.554
C4 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	45.381.000	0	45.381.000	18.697.883	26.683.117
08.049.0252.4542.0002- Desenvolvimento da Educação Especial	42.281.000	0	42.281.000	17.149.882	25.131.118
08.049.0253.4542.0002- Desenvolvimento da Educação Especial	3.100.000	0	3.100.000	1.548.001	1.551.999
C5 - EMENDAS PARLAMENTARES	42.765.800	0	42.765.800	0	42.765.800

PROGRAMA DE TRABALHO/SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL LEI 9598/97	CREDITO ADICIONAIS (B)	DOTAÇÃO FINAL C=(A+B)	EXECUTADO EMPENHO / DESTAQUE (D)	SALDO (C-D)
Emendas Parlamentares	42.765.800	0	42.765.800	0	42.765.800
TOTAL GERAL	2.107.613.279	1.063.945.537	3.171.558.816	2.762.766.432	408.792.384
OBSERVAÇÃO: AJUSTES NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DECRESCIMOS - JOVENS E ADULTOS (R\$ 2.845.067) - FUNDESCOLA (R\$54.209.210) DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL (R\$ 16.177.675) - BIBLIOTECA ACRESCIMOS - TV ESCOLA R\$ 8.250.375 - PMDE R\$ 54.209.210 - SEEC R\$ 7.847.500 - SAÚDE DO ESCOLAR R\$ 260.000 - LIVRO DIDÁTICO R\$ 40.911.878 - ACOMP. FISC. PROG. PROJ EDUC. R\$ 287.000					
(R\$ 30.187.618) - EDITORAÇÃO (R\$ 7.879.291) ACOMP. FISC. SME (R\$ 287.000)					

TABELA 12 - DIAFI
DOTAÇÃO, DESTAQUES E EXECUÇÃO POR SUBPROJETO/SUBATIVIDADE
1998 (Em R\$)

	Projeto/Atividade	Dotação Autorizada	Destaque Concedido	Executado
	DIRETORIA DE AÇÕES E ASSIST. EDUCACIONAL			
2487	ALIMENTACAO ESCOLAR	903.356.342	-157.632	785.509.788
4528	ESCOLAS PUBLICAS – GESTAO EFICIENTE	255.742.236		252.218.160
	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
2299	ACOMP. E FISCALIZACAO DO SISTEMA DE ARRECADACAO	4.591.739	-287.000	2.606.594
2300	AQUISICAO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	47.841.000		23.313.909
4537	COMP. DA UNIAO AO FUNDO DE MANUT. DESENV. DO ENSINO	424.949.253		424.949.252
4907	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	149.804.726		149.720.180
	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO			
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES	1.038.000		1.028.820
2012	CONTRIB. PARA A FORM. DO PATR. DO SERVIDOR PUBLICO	1.596.668		1.596.612
2013	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIAO	9.391.907		8.942.069
2293	DISTRIBUICAO DE LIVROS PARA ALUNOS E BIBLIOTECAS	370.392.290	-300.000	369.934.745
2304	PRODUCAO DE PROGRAMAS E MATERIAIS EDUCATIVOS	12.921.189		12.918.824
4089	PRESTACAO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO	1.025.000		735.388
4500	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	324.000		171.558
4900	COORDENACAO E MANUTENCAO GERAL	45.162.834		35.639.616
	DIRETORIA DE PROG. E PROJ. EDUCACIONAIS			
1710	DESENVOLVIMENTO DA EDUC. BASICA PARA O NORDESTE	132.700.000	-18.017.700	101.182.443
2288	ASSIST. FINANCEIRA A CAMPANHA NAC. DE ESCOLAS DA COM	5.000.000		
2290	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PRE-ESCOLAR	28.991.900		18.177.723
2298	SAUDE DO ESCOLAR	26.892.000		23.934.160
3273	AQUISICAO DE VEICULOS ESCOLARES	83.165.520		73.937.564
3444	AQUIS. E DISTRIB. DE EQUIP. DE MICROINFORMATICA	167.161.045	-101.289.562	101.289.562
3499	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA – FUNDESCOLA	105.248.290	-384.320	93.815.503
4527	TV-ESCOLA	10.000.000	-10.000.000	10.000.000
4530	COORD., SUPERV. E DESENV. DA AVALIACAO EDUCA	3.281.430		942.500
4541	COORD., SUPERV. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	273.202.847	-50.194.921	213.745.676
4542	COORD., SUPERV. E DESENV. DA EDUCACAO ESPECIAL	48.263.600	-1.717.255	18.697.883
4544	ACOMP. E FISCAL. DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCAC	2.600.000	-2.193.711	2.193.711
4952	COMBATE AO ANALFAB. E UNIVERS. DO ENSINO FUNDAME	56.915.000	-900.000	35.564.190
	TOTAL	3.171.558.816	-185.442.100	2.762.766.432
	Fonte: GEPL/DIAFI			

ANEXO 2

- DPPE -

TABELA 1 - DPPE
TRANSFERÊNCIAS DOS RECURSOS ÀS DEMEC POR FINALIDADE – 1998 (Em R\$)

U.F.	DIÁRIAS	MAT. CONSUMO	PASSAG.	OUTROS SERV. REC. PESSOA	EQUIPAM. MAT. PERM.	TOTAL	PART. %
				JURIDICA			
AC	15.821	6.300	8.729	6.080	47.500	84.430	3,40
AP	15.671	10.300	9.709	8.000	42.200	85.880	3,46
AM	25.236	3.100	33.081	16.790	10.000	88.207	3,56
PA	29.950	11.800	16.804	85.085	15.000	158.639	6,39
RO	28.788	15.700	15.001	31.440	10.000	100.929	4,07
RR	23.690	7.200	14.284	18.000	10.000	73.174	2,95
TO	25.368	10.500	11.260	13.300	10.000	70.428	2,84
NORTE	164.524	64.900	108.868	178.695	144.700	661.687	26,67
AL	22.315	2.000	6.579	1.000	19.700	51.594	2,08
BA	33.027	9.000	8.477	17.900	15.000	83.404	3,36
CE	47.478	15.000	10.969	45.000	10.000	128.447	5,18
MA	26.742	24.260	12.457	11.100	10.000	84.559	3,41
PB	26.210	15.200	10.969	1.000	10.000	63.379	2,55
PE	47.306	14.300	10.717	23.000	15.000	110.323	4,45
PI	19.852	18.200	8.575	12.200	30.000	88.827	3,58
RN	28.575	19.600	8.701	26.000	10.000	92.876	3,74
SE	14.869	1.200	9.016	2.500	10.000	37.585	1,52
NORDESTE	266.374	118.760	86.460	139.700	129.700	740.994	29,87
ES	23.862	32.000	9.457	32.500	10.000	107.819	4,35
MG	37.478	30.000	13.489	80.000	15.000	175.967	7,09
RJ	28.960	22.400	9.205	41.600	15.000	117.165	4,72
SP	38.394	7.800	15.190	57.610	15.000	133.994	5,40
SUDESTE	128.693	92.200	47.341	211.710	55.000	534.944	21,56
PR	22.167	20.000	5.561	31.530	15.000	94.258	3,80
RS	34.991	5.100	14.182	62.490	15.000	131.763	5,31
SC	30.408	15.000	10.024	30.000	10.000	95.432	3,85
SUL	87.566	40.100	29.767	124.020	40.000	321.453	12,96
DF	-	-	-	-	-	-	0,00
GO	27.642	11.200	8.008	13.120	10.000	69.970	2,82
MS	28.862	8.000	10.646	2.000	10.000	59.508	2,40
MT	29.950	23.400	13.804	15.000	10.000	92.154	3,71
CENTRO-OESTE	86.454	42.600	32.458	30.120	30.000	221.632	8,93
TOTAL	733.612	358.560	304.894	684.245	399.400	2.480.711	100
FONTE: SIAFI/98 - GERENCIAL E OPERACIONAL							

TABELA 2 - DPPE
PRÉ-ESCOLAR - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998 (Em R\$)

U.F.	AÇÕES					TOTAL		
	EQUIP.	RH	MAT. DIDÁTICO	AMPL.	CONST.	MUN.	CONV.	VALOR
AC	6.958	0	634	0	293.009	3	3	300.601
AM	10.398	2.580	8.976	0	66.372	7	7	88.326
AP	31.707	0	34.192	0	318.163	3	3	384.062
PA	55.990	21.118	55.324	27.860	392.269	12	13	552.561
RO	36.871	18.600	31.837	24.460	211.071	10	10	322.839
RR	13.779	11.557	2.520	0	186.156	5	5	214.012
TO	12.436	0	4.861	0	136.630	5	5	153.927
NORTE	168.139	53.855	138.344	52.320	1.603.670	45	46	2.016.328
AL	26.630	4.050	4.720	75.000	224.068	6	6	334.468
BA	133.570	29.081	29.186	43.375	895.750	25	25	1.130.963
CE	64.838	22.427	381.263	61.095	516.678	17	20	1.046.301
MA	73.443	23.659	68.824	146.261	629.585	16	16	941.771
PB	42.782	24.239	109.376	20.343	430.871	16	17	677.611
PE	56.738	212.228	252.698	106.121	442.364	17	19	1.070.148
PI	109.236	0	27.412	55.014	1.112.516	27	27	1.304.177
RN	100.824	24.278	53.421	79.583	1.093.202	25	29	1.351.308
SE	13.471	43.933	143.168	25.130	83.938	9	9	309.640
NORDESTE	621.532	383.895	1.070.068	611.921	5.478.972	158	168	8.166.387
ES	11.790	11.904	110.095	12.000	171.553	6	6	317.342
MG	145.051	0	44.132	70.068	1.265.649	33	33	1.524.900
RJ	32.934	3.200	57.552	55.404	162.128	8	8	311.219
SP	215.285	683.127	52.383	57.723	1.138.307	32	34	2.146.824
SUDESTE	405.059	698.231	264.161	195.196	2.737.638	79	81	4.300.285
PR	82.147	9.630	179.332	38.210	639.724	20	22	949.043
RS	50.162	10.450	33.044	113.324	397.880	20	22	604.861
SC	41.821	12.342	12.543	27.550	615.294	19	19	709.550
SUL	174.129	32.422	224.919	179.084	1.652.899	59	63	2.263.453
DF	0	0	43.200	0	0	1	1	43.200
GO	59.042	1.200	12.694	58.717	798.609	20	20	930.261
MS	32.213	0	512	123.813	223.048	8	8	379.586
MT	67.353	19.429	96.729	92.033	134.305	7	7	409.849
CENTRO-OESTE	158.608	20.629	153.135	274.563	1.155.962	36	36	1.762.896
TOTAL	1.527.467	1.189.032	1.850.627	1.313.084	12.629.140	377	394	18.509.350

TABELA 3 - DPPE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA – 1998 (Em R\$)

UF	AÇÕES				TOTAL		
	EQUIP.	RH	MAT. DIDÁTICO	AJUDA DE CUSTO	MUN.	CONV.	VALOR
AC	0	51.398	268.786	0	2	4	320.184
AM	23.764	104.599	196.044	0	4	6	324.407
AP	0	2.626	37.356	0	5	5	39.982
PA	0	190.227	221.567	0	8	11	411.794
RO	0	9.693	42.681	0	7	7	52.374
RR	0	0	0	0	0	0	0
TO	8.000	23.194	55.633	0	5	5	86.827
NORTE	31.764	381.736	822.068	0	31	38	1.235.568
AL	31.358	362.974	1.027.428	0	18	19	1.421.760
BA	3.760	433.104	743.394	0	28	29	1.180.258
CE	27.580	457.478	1.497.762	0	40	43	1.982.820
MA	26.400	540.971	1.789.598	0	67	71	2.356.969
PB	16.500	904.138	523.949	0	33	35	1.444.586
PE	7.400	399.612	842.798	0	48	51	1.249.810
PI	0	503.111	668.076	436.050	2	4	1.807.237
RN	0	541.397	839.570	144.000	18	20	1.524.967
SE	0	260.234	280.772	0	30	33	541.006
NORDESTE	112.998	4.403.018	8.413.346	580.050	284	305	13.509.412
ES	0	67.634	82.178	0	7	8	149.813
MG	0	215.934	465.019	0	59	60	680.953
RJ	0	463.493	331.208	0	38	43	794.701
SP	0	958.235	757.033	595.000	70	74	2.310.269
SUDESTE	0	1.705.296	1.635.439	595.000	174	185	3.935.735
PR	0	1.120.230	687.112	0	43	44	1.807.342
RS	54.000	927.160	756.678	1.440.000	18	21	3.177.838
SC	0	157.192	466.893	0	21	22	624.085
Sul	54.000	2.204.582	1.910.683	1.440.000	82	87	5.609.265
DF	0	661.294	2.550.856	3.012.000	1	6	6.224.150
GO	3.410	115.819	253.382	0	31	31	372.611
MS	0	53.257	99.244	0	7	9	152.501
MT	0	265.878	534.941	0	18	23	800.818
CENTRO-OESTE	3.410	1.096.248	3.438.423	3.012.000	57	69	7.550.080
TOTAL	202.172	9.790.880	16.219.959	5.627.050	628	684	31.840.061

TABELA 4 - DPPE
DESENVOLVIMENTO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O NORDESTE – PROJETO
NORDESTE - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA – 1998 (Em R\$)

UF	AÇÕES					Total	
	Equip.	RH	Mat. Didático	Const.	Outros	Reforma	
AL	1.219.837	282.700	0	0	612.563	5.402.300	7.517.400
BA	3.238.699	0	0	708.799	3.568.800	7.644.003	15.160.301
CE	0	0	0	8.640.522	0	7.381.383	16.021.905
MA	0	0	0	0	0	0	0
PB	2.315.042	829.224	0	12.264.397	999.976	5.732.363	22.141.003
PE	0	0	0	1.296.278	6.400.000	4.674.022	12.370.300
PI	0	0	0	0	0	0	0
RN	1.341.235	0	944.357	1.230.608	1.062.900	4.267.871	8.846.971
SE	338.000	0	0	6.765.202	542.000	0	7.645.202
NORDESTE	8.452.814	1.111.924	944.357	30.905.806	13.186.239	35.101.942	89.703.082
DF	0	0	0	0	11.479.360	0	11.479.360
GO	0	0	0	0	0	0	0
MG	0	0	0	0	0	0	0
MT	0	0	0	0	0	0	0
CENTRO-OESTE	0	0	0	0	11.479.360	0	11.479.360
TOTAL	8.452.814	1.111.924	944.357	30.905.806	24.665.599	35.101.942	101.182.442

TABELA 5 - DPPE
FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO
REALIZADA - 1998

UF	AÇÕES					Total
	Equip.	Outros	PME (Corrente)	PME (Capital)	Reforma	
AC	1.610.000	0	125.040	83.360	810.000	2.628.400
AM	0	0	306.960	204.640		2.929.283
AP	1.415.000	0	0	0	707.500	2.122.500
PA	5.915.000	0	551.040	367.360	2.957.500	9.790.900
RO	1.830.000	0	133.080	88.720	915.000	2.966.800
RR	900.000	0	115.440	76.960	450.000	1.542.400
TO	709.140	0	115.080	76.720	392.500	1.293.440
NORTE	12.379.140	0	1.346.640	897.760	8.650.183	23.273.723
AL	0	0	0	0	0	0
DF	0	384.320	0	0	0	384.320
GO	6.198.750	0	369.600	246.400	925.000	7.739.750
MS	2.155.000	0	275.760	183.840	1.077.500	3.692.100
MT	2.720.000	0	261.840	174.560	1.360.000	4.516.400
CENTRO- OESTE	11.073.750	384.320	907.200	604.800	3.362.500	16.332.570
TOTAL	23.452.890	384.320	2.253.840	1.502.560	12.012.683	39.606.293

TABELA 6 - DPPE
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998

U.F.	Equipamento	Capacitação RH	Material Didático	Conclusão	Reforma	Ampliação	Construção	Livro Didático	Outros	Municípios	Convênios	VALOR (R\$1,00)
AC	48.331	91.321	129.401	0	0	0	460.897	0	0	16	27	729.949
AM	1.358.414	23.400	108.440	0	0	0	2.298.628	0	0	9	21	3.788.882
AP	100.308	35.374	14.000	95.266	0	24.000	796.900	0	0	19	31	1.065.848
PA	391.352	511.201	1.619.175	0	0	816.179	4.770.051	0	158.967	77	104	8.266.924
RO	118.777	750.035	491.181	0	0	188.875	2.552.147	0	0	25	43	4.101.015
RR	9.400	74.726	75.906	0	0	0	146.500	0	0	4	11	306.531
TO	194.329	78.430	85.101	0	0	192.886	2.621.451	0	0	51	73	3.172.197
NORTE	2.220.910	1.564.486	2.523.204	95.266	0	1.221.940	13.646.574	0	158.967	201	310	21.431.347
AL	215.117	318.616	965.782	0	0	387.240	1.804.819	0	0	47	63	3.691.574
BA	1.043.113	1.440.469	3.271.521	0	46.600	2.406.630	12.474.667	0	0	175	229	20.683.000
CE	1.118.161	666.913	1.921.781	32.296	0	2.407.265	4.359.446	0	0	92	128	10.505.863
MA	937.494	514.862	2.251.905	0	23.200	1.370.734	4.394.122	0	0	117	152	9.492.317
PB	377.610	408.416	1.507.615	0	0	201.017	1.450.253	0	0	96	122	3.944.911
PE	597.060	647.261	1.960.088	0	0	1.412.232	2.638.159	560.000	0	63	88	7.814.800
PI	411.706	503.709	490.695	241.500	0	557.030	2.331.534	0	0	69	76	4.536.173
RN	1.608.754	392.401	1.193.484	0	0	1.004.317	3.009.167	0	0	79	105	7.208.122
SE	53.355	91.697	238.704	0	0	19.375	458.941	0	0	22	29	862.071
NORDESTE	6.362.370	4.984.342	13.801.574	273.796	69.800	9.765.840	32.921.108	560.000	0	760	992	68.738.830
ES	1.692.458	251.628	835.633	0	5.400	530.594	1.862.093	0	0	37	48	5.177.806
MG	557.958	621.415	1.940.584	629.194	238.200	413.825	4.706.622	0	0	60	74	9.107.798
RJ	192.464	275.110	1.322.752	0	20.400	248.729	371.122	0	0	39	49	2.430.577
SP	218.542	291.152	774.985	90.440	0	281.709	3.838.350	0	0	74	81	5.495.178
SUDESTE	2.661.421	1.439.305	4.873.954	719.634	264.000	1.474.857	10.778.187	0	0	210	252	22.211.359
PR	481.678	52.411	310.278	234.398	0	1.272.009	2.807.163	0	0	83	94	5.157.936
RS	2.687.766	348.749	671.455	29.363	33.200	2.338.137	2.308.498	0	0	118	138	8.417.168
SC	417.278	209.514	287.953	96.913	0	1.558.806	3.688.875	0	0	94	111	6.259.338
SUL	3.586.722	610.673	1.269.686	360.673	33.200	5.168.952	8.804.537	0	0	295	343	19.834.442
DF	13.550.519	18.000.000	0	0	0	0	0	0	16.455.919	1	25	48.006.438
GO	266.400	129.254	387.832	100.000	17.747	959.088	4.700.123	0	0	74	85	6.560.444
MS	181.706	234.712	879.599	417.311	0	991.711	665.882	0	0	49	66	3.370.920
MT	317.061	1.259.387	192.017	100.000	0	689.881	4.855.672	0	0	50	79	7.414.019
CENTRO-OESTE	14.315.687	19.623.353	1.459.448	617.311	17.747	2.640.680	10.221.677	0	16.455.919	174	255	65.351.821
TOTAL	29.147.110	28.222.159	23.927.866	2.066.680	384.747	20.272.269	76.372.083	560.000	16.614.886	1.640	2.152	197.567.800

TABELA 7 - DPPE PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNTE - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998			
UF	MUNICÍPIOS	CONVÊNIOS	VALOR (Em R\$)
AC	0	0	0
AP	1	1	49.890
AM	8	8	384.450
PA	16	16	747.979
RO	6	6	290.000
RR	0	0	0
TO	46	46	2.076.435
NORTE	77	77	3.548.754
AL	21	21	1.036.400
BA	35	35	1.723.010
CE	20	20	970.953
MA	43	43	2.111.883
PB	92	92	4.405.101
PE	23	23	1.131.982
PI	58	58	2.834.107
RN	22	22	1.070.455
SE	23	23	1.119.980
NORDESTE	337	337	16.403.871
ES	11	11	544.214
MG	353	353	16.461.063
RJ	5	5	148.340
SP	199	199	9.352.809
SUDESTE	568	568	26.506.426
PR	161	161	7.799.533
RS	236	236	11.354.833
SC	79	79	3.455.528
SUL	476	476	22.609.894
DF	0	0	0
GO	41	41	2.004.885
MT	40	40	1.938.734
MS	19	19	925.000
CENTRO- OESTE	100	100	4.868.619
TOTAL	1.558	1.558	73.937.564

TABELA 8 - DPPE PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR - PNSE - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998			
U.F.	MUNICÍPIOS	CONVÊNIOS	VALOR (Em R\$)
AC	4	4	325.630
AP	6	6	502.290
AM	8	8	468.520
PA	15	15	736.780
RO	1	1	280.000
RR	9	9	142.330
TO	18	18	480.280
NORTE	61	61	2.935.830
AL	21	21	977.560
BA	68	68	2.849.890
CE	13	13	948.770
MA	26	26	1.629.350
PB	34	34	782.420
PE	20	20	1.579.950
PI	26	26	738.810
RN	17	17	421.470
SE	10	10	488.650
NORDESTE	235	235	10.416.870
ES	3	3	923.930
MG	53	53	1.064.590
RJ	18	18	2.382.400
SP	60	60	1.120.840
SUDESTE	134	134	5.491.760
PR	52	52	907.550
RS	67	67	1.297.390
SC	45	45	989.440
SUL	164	164	3.194.380
DF	1	1	320.000
GO	34	34	804.600
MT	20	20	607.430
MS	23	23	443.290
CENTRO-OESTE	78	78	2.175.320
TOTAL	672	672	24.214.160

TABELA 9 - DPPE
EDUCAÇÃO ESPECIAL - DISTRIBUIÇÃO POR AÇÃO REALIZADA - 1998

UF	AÇÕES										TOTAL (Em R\$)
	Equipamentos	RH	Material Didático	Conclusão	Reforma	Ampliação	Outros	Transporte	Municípios	Convênio	Valor
AC	178.890	57.271	5.074	0	0	0	0	25.000	2	4	266.235
AM	136.511	6.194	40.697	0	0	0	0	0	1	1	183.402
AP	0	39.352	0	0	0	0	0	0	3	5	39.352
PA	214.963	233.104	48.614	0	0	0	0	0	9	11	496.680
RO	50.087	112.125	5.848	0	0	150.700	0	25.000	6	10	343.760
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TO	17.357	45.088	29.258	0	0	0	0	0	2	2	91.702
NORTE	597.807	493.133	129.490	0	0	150.700	0	50.000	23	33	1.421.130
AL	58.242	33.235	61.662	0	0	46.494	36.001	0	5	7	235.633
BA	81.503	128.485	58.189	0	0	0	75.326	0	11	13	343.502
CE	22.671	64.024	73.195	0	0	0	0	25.000	5	6	184.890
MA	53.834	16.787	149.991	0	0	43.539	22.630	25.000	7	11	311.782
PB	108.674	70.170	175.144	0	0	0	0	50.000	10	12	403.988
PE	268.481	43.060	98.564	0	0	18.403	60.000	174.750	30	39	663.258
PI	104.280	56.316	0	0	0	0	0	0	1	1	160.596
RN	190.202	223.957	12.182	0	0	16.796	11.022	90.400	8	16	544.559
SE	47.146	53.998	5.346	0	0	0	61.440	0	7	7	167.929
NORDESTE	935.032	690.031	634.274	0	0	125.231	266.419	365.150	84	112	3.016.137
ES	186.265	37.815	81.064	0	6.400	32.594	4.908	59.085	16	20	408.130
MG	767.725	68.108	324.025	0	12.000	109.419	47.410	161.675	51	54	1.490.362
RJ	658.771	155.117	245.106	0	6.400	13.750	460.232	260.800	38	59	1.800.177
SP	715.836	156.152	302.279	0	0	29.771	299.648	261.411	73	85	1.765.097
SUDESTE	2.328.597	417.192	952.474	0	24.800	185.534	812.198	742.971	178	218	5.463.766
PR	2.172.713	510.359	982.741	0	9.826	602.165	336.119	27.000	180	219	4.640.922
RS	171.749	125.404	132.750	66.232	0	85.078	0	97.316	34	36	678.530
SC	255.948	122.516	212.356	0	0	64.307	137.311	0	14	19	792.438
SUL	2.600.410	758.279	1.327.848	66.232	9.826	751.550	473.430	124.316	228	274	6.111.890
DF	35.355	279.965	22.925	0	0	0	674.588	0	1	8	1.012.833
GO	0	19.708	0	0	0	0	0	25.000	2	2	44.708
MS	202.718	242.318	111.199	0	0	64.000	463.734	114.000	4	5	1.197.970
MT	9.729	233.270	78.346	0	0	38.405	0	51.000	18	30	410.749
CENTRO-OESTE	247.802	775.261	212.469	0	0	102.405	1.138.322	190.000	25	45	2.666.260
TOTAL	6.709.649	3.133.896	3.256.555	66.232	34.626	1.315.420	2.690.369	1.472.437	538	682	18.679.183

ANEXO 3

DAAE

TABELA 1 – DAAE																				
PMDE - DEMONSTRATIVO DOS REPASSES ÀS ESCOLAS DOS ESTADOS, MUNICÍPIOS E ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS - 1998 – (Em R\$)																				
UF	REDE MUNICIPAL					REDE ESTADUAL				ONG		BRASIL								
	CONV	ESC S/ EXECUT		ESC C/ EXECUT		ESC S/ EXECUT		ESC C/ EXECUT		N	N	ESC S/ EXECUT		ESC C/ EXECUT		VALOR				
REGIÃO		ESC.	ALUNO	ESC.	ALUNO	ESC.	ALUNO	ESC.	ALUNO	ESC.	ALUNO	ESC.	ALUNO	ESC.	ALUNO	FUNDESCO LA	ED. ESP.	PMDE	TOTAL	
NORTE	419	10.230	413.675	1.951	492.995	2.106	114.090	2.852	1.582.983	18	2.052	12.336	527.765	4.803	2.075.978	33.817.090	0	48.700	33.865.790	
AC	23	462	17.009	68	22.509	365	13.781	162	69.509	0	0	827	30.790	230	92.018	1.929.350	0		1.929.350	
AM	53	1.433	51.525	262	95.206	37	4.373	351	284.556	0	0	1.470	55.898	613	379.762	4.814.560	0		4.814.560	
AP	12	64	2.148	53	14.256	46	1.838	257	89.446	0	0	110	3.986	310	103.702	1.319.980	0		1.319.980	
PA	144	6.593	281.297	674	250.470	1.373	80.348	1.296	708.091	5	854	7.966	361.645	1.970	958.561	17.653.100	0	16.600	17.669.700	
RO	52	867	28.118	543	48.041	48	1.780	285	178.273	6	250	915	29.898	828	226.314	3.432.260	0	7.900	3.440.160	
RR	5	6	301	7	2.248	159	7.233	104	47.995	0	0	165	7.534	111	50.243	766.660	0		766.660	
TO	130	805	33.277	344	60.265	78	4.737	397	205.113	7	948	883	36.014	741	265.378	3.901.180	0	24.200	3.925.380	
NORDESTE	1.790	46.309	2.465.994	9.714	2.832.422	3.030	872.022	6.566	3.180.264	8	874	49.339	3.338.016	16.280	6.012.686		0	129.639.490	129.639.490	
AL	102	1.929	120.654	886	257.247	130	11.162	251	125.845	0	0	2.059	131.816	1.137	383.092		0	7.083.030	7.083.030	
BA	412	12.577	629.550	3.389	691.000	651	64.583	2.756	1.126.455	0	0	13.228	694.133	6.145	1.817.455		0	35.482.680	35.482.680	
CE	185	7.493	444.886	1.486	474.222	3	426	755	525.192	0	0	7.496	445.312	2.241	999.414		0	19.987.800	19.987.800	
MA	217	8.038	434.821	1.073	425.999	89	5.424	703	418.895	0	0	8.127	440.245	1.776	844.894		0	18.107.560	18.107.560	
PB	224	3.084	159.339	572	170.422	402	25.289	613	300.095	0	0	3.486	184.628	1.185	470.517		0	9.157.950	9.157.950	
PE	185	5.859	308.234	1.006	441.706	1.131	725.008	1	582	0	0	6.990	1.033.242	1.007	442.288		0	19.042.300	19.042.300	
PI	222	4.489	206.076	569	125.140	206	14.027	673	224.702	1	11	4.695	220.103	1.242	349.842		0	8.983.860	8.983.860	
RN	167	1.706	90.782	431	156.547	315	17.204	544	264.065	6	785	2.021	107.986	975	420.612		0	7.041.800	7.041.800	
SE	76	1.134	71.652	302	90.139	103	8.899	270	194.433	1	78	1.237	80.551	572	284.572		0	4.752.510	4.752.510	
SUDESTE	1.244	6.013	277.534	4.645	2.412.967	2.018	85.435	12.796	8.054.022	344	52.287	8.031	362.969	17.441	10.466.989		0	9.400	84.880.950	84.890.350
ES	66	297	11.847	232	116.709	866	32.577	665	321.783	0	0	1.163	44.424	897	438.492		0	4.463.900	4.463.900	
MG	762	4.554	200.326	1.644	637.912	61	3.200	5.030	2.557.561	164	25.876	4.615	203.526	6.674	3.195.473		0	28.574.050	28.574.050	
RJ	86	492	23.890	2.033	892.991	130	6.751	1.251	576.967	10	962	622	30.641	3.284	1.469.958		0	12.724.640	12.724.640	
SP	330	670	41.471	736	765.355	961	42.907	5.850	4.597.711	170	25.449	1.631	84.378	6.586	5.363.066		0	9.400	39.118.360	39.127.760
SUL	1.090	3.509	150.006	6.443	1.490.400	230	11.617	5.376	2.315.211	314	27.087	3.739	161.623	11.819	3.805.611		0	62.900	35.160.120	35.223.020
PR	385	1.854	76.011	2.294	672.784	31	1.643	1.845	871.017	103	9.277	1.885	77.654	4.139	1.543.801		0	47.800	14.087.920	14.135.720
RS	427	1.268	59.851	2.068	532.133	198	9.949	2.359	889.660	71	7.081	1.466	69.800	4.427	1.421.793		0		13.268.560	13.268.560
SC	278	387	14.144	2.081	285.483	1	25	1.172	554.534	140	10.729	388	14.169	3.253	840.017		0	15.100	7.803.640	7.818.740
C. OESTE	419	1.537	74.550	1.876	558.246	75	9.096	2.431	1.475.809	42	4.693	1.612	83.646	4.307	2.034.055	20.385.870	0	2.488.900	22.874.770	
DF	1	0	0	0	0	5	334	473	339.839	0	0	5	334	473	339.839		0	2.374.400	2.374.400	
GO	220	426	18.152	1.144	289.220	20	1.976	1.232	670.452	19	3.095	446	20.128	2.376	959.872	11.051.350	0	65.400	11.116.750	
MS	73	51	3.957	389	159.438	1	88	352	224.489	18	1.310	52	4.045	741	383.927	4.366.910	0	39.800	4.406.710	
MT	125	1.060	52.441	343	109.588	49	6.698	374	241.029	5	288	1.109	59.139	717	350.617	4.967.610	0	9.300	4.976.910	
TOTAL	4.962	67.598	3.381.759	24.629	7.787.030	7.459	1.092.260	30.021	16.608.289	726	86.993	75.057	4.474.019	54.650	24.395.319	54.202.960	72.300	252.218.160	306.493.420	

ANEXO 4

- DIAP -

TABELA 1 - DIAP
PNLD EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA - 1998

UF	LIVROS ADQUIRIDOS			RECURSOS APLICADOS – (Em R\$ mil)		
	ALUNOS E PROF.	RESERVA TÉCNICA	TOTAL	AQUISIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO *	TOTAL
AC	517.365	10.882	528.247	1.495	64	1.559
AL	2.234.270	45.236	2.279.506	6.449	277	6.726
AM	2.257.105	45.690	2.302.795	6.515	279	6.795
AP	412.873	8.828	421.701	1.193	51	1.244
BA	11.821.537	237.024	12.058.561	34.118	1.464	35.581
CE	6.768.433	135.925	6.904.358	19.535	838	20.373
DF	1.419.723	28.925	1.448.648	4.099	176	4.275
ES	1.801.470	36.501	1.837.971	5.200	223	5.423
GO	3.951.718	79.603	4.031.321	11.406	489	11.895
MA	6.146.724	123.516	6.270.240	17.741	761	18.502
MG **	9.027.536		9.027.536	35.888	0	35.888
MS	1.475.804	29.983	1.505.787	4.260	183	4.443
MT	1.947.613	39.520	1.987.133	5.622	241	5.863
PA	5.664.105	113.885	5.777.990	16.348	701	17.049
PB	2.994.074	60.460	3.054.534	8.642	371	9.013
PE	5.572.832	112.027	5.684.859	16.084	690	16.774
PI	2.567.541	51.871	2.619.412	7.411	318	7.729
PR	5.801.056	116.508	5.917.564	16.743	718	17.461
RJ	6.453.720	129.576	6.583.296	18.626	799	19.425
RN	2.078.265	42.144	2.120.409	5.999	257	6.257
RO	1.074.859	22.013	1.096.872	3.103	133	3.237
RR	260.983	5.736	266.719	755	32	787
RS	5.840.107	117.271	5.957.378	16.855	723	17.578
SC	3.111.563	62.717	3.174.280	8.981	385	9.366
SE	1.436.658	29.282	1.465.940	4.148	178	4.326
SP **	13.617.679		13.617.679	50.173	0	50.173
TO	1.194.463	24.343	1.218.806	3.448	148	3.596
SUBTOT AL (A)	107.450.076	1.709.466	109.159.542	330.840	10.500	341.340
Distribuição do PNLD/98 (ECT)		Reconhecimento de dívida (distribuição em 1997)				4.663
		Distribuição em 1998				16.336
Controle de qualidade dos livros adquiridos para o PNLD/99 (INT)						150
Produção do Guia de escolha dos Livros Didáticos para o PNLD/99						715
Distribuição do Guia PNLD/99						303
SUBTOTAL (B)						22.169
TOTAL (A + B)						363.508
* EM RAZÃO DE DIFICULDADES ORÇAMENTÁRIAS, FORAM UTILIZADOS RECURSOS FINANCEIROS DE OUTRA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA, COMPATÍVEL COM A P/A 08.042.0236.2293.0001 (LIVRO DIDÁTICO):						
P/A 08.042.0187.4952.0001 (ED. DE JOVENS E ADULTOS): R\$ 2.845.067,00 (CONTRATO ECT – PNLD/99)						
** AQUISIÇÃO DESCENTRALIZADA – REPASSE DE RECURSOS						

TABELA 2 – DIAP
DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES ENTRE PNLD/98 E PNLD/99

PROCEDI- MENTOS	PNLD/98	PNLD/99	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS PARA O PNLD/99
Quanto aos conceitos	Encomenda: conjunto de 01 a 10 exemplares idênticos, podendo ser padrão (10 exemplares) ou complemento (de 01 a 09 exemplares);	Encomenda: conjunto de exemplares idênticos, cujo padrão é de 10 exemplares ou altura máxima de 20 cm;	No PNLD/99, diferentemente do PNLD/98, não houve necessidade de excepcionar o uso de caixas de papelão para embalagem dos livros com altura superior a 20 cm (altura máxima admitida para entrada das encomendas no túnel de encolhimento do "shrink").
	<p>Paleta Lógica: conjunto de até 72 encomendas, podendo ser Padrão (com 72 encomendas) ou não-padrão (menos de 72 encomendas);</p> <p>Paleta Física: conjunto de encomendas que é colocado sobre um único paleta, podendo corresponder a um ou mais paleta lógico.</p>	Paleta: suporte de madeira, destinado à utilização de cargas.	Simplificação da terminologia; maior número de encomendas nos paletes, gerando uma redução significativa no número de paletes adquiridos pelas Editoras.
	-	Postagem: embarque de encomendas realizado em cada caminhão.	Uma definição objetiva do que vem a ser postagem, evitou que livros fossem postados e não retirados dos depósitos (expedidos).
Quanto às embalagens das encomendas	Rótulos das encomendas afixados sobre o "shrink";	Rótulos das encomendas colocados entre a face superior da encomenda e o "shrink";	Os rótulos das encomendas não sofreram avariações durante o transporte, chegando intactas aos locais de distribuição.
	Utilização de filme Poliulfenico de 25 micras;	Utilização de filme Poliulfenico de 30 micras, assim como definição clara de procedimentos de uso e manutenção das seladoras.	Aumento da micragem e exigência da manutenção constante do equipamento proporcionou menor número de encomendas não-rompidas durante o transporte.
Quanto às embalagens das encomendas em paletes	Utilização de paletes com dimensões: 1,20 X 1,00 cm ou 1,00 X 0,80 cm	Paletes somente de 1,20 X 1,00 cm e definições minuciosas de suas especificações (inclusive quanto à madeira utilizada);	Os paletes tornaram-se bem mais resistentes à carga (sem rompimento e perda da mercadoria).
	Utilização de "stretch" (filme encolhível) para a estabilização dos paletes mais as encomendas, ficando a critério da editora o uso de cantoneiras e cintas ;	Obrigatoriamente, os paletes mais as encomendas conteram cantoneiras, cintamento e "stretch".	Estabilização maior da carga.
Quanto à informatização dos dados para postagem	O FNDE repassou meio magnético contendo os dados necessários à distribuição dos exemplares às respectivas escolas, bem como os leiaute necessários.	O FNDE criou um Sistema de Controle de Postagens – SICOP, que foi instalado em cada editora, contendo os dados para distribuição, além dos leiautes necessários.	As Listas de Postagens, assim como todos os rótulos (de encomenda e de paleta) e o meio magnético para faturamento foram impressos a partir do SICOP, gerando uniformização entre as editoras, garantindo maior controle sobre as postagens.
	-	Elaboração de Sistema da ECT (instalado em cada editora), com informações sobre a distribuição dos exemplares.	Maior controle e padronização de informações
Quanto à postagem	-	Fornecimento de modelo para formulário de agendamento junto à ECT.	Otimização da operação

PROCEDI- MENTOS	PNLD/98	PNLD/99	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS PARA O PNLD/99
	Não houve definição específica para a Lista de Postagem.	A Lista de Postagens refletiu o movimento de postagens realizadas, necessariamente, em um mesmo dia, sendo emitida pelo SICOP.	A definição clara sobre a Lista de Postagens facilitou o entendimento pelas editoras.
	-	Pesagem de todos os paletes antes da postagem (as editoras que efetuaram postagem foram obrigadas a terem balanças de pesagem em seus depósitos).	Maior controle sobre o conteúdo dos paletes.
	Designação de um preposto da ECT nas editoras que efetuaram postagens.	Designação de três prepostos e a contratação de estagiários pela ECT nas editoras que efetuaram postagens.	Maior agilidade e controle na expedição das cargas.

**TABELA 3 – DIAP
PNBE ACERVO ADQUIRIDO
FICÇÃO PROSA – FICÇÃO POESIA – NÃO FICÇÃO – OBRAS DE REFERÊNCIA - 1998**

FICÇÃO PROSA				
Nº DE TÍTULOS	OBRAS	AUTOR	EDITORA	Nº DE VOL.
01	A Bagaçeira	José Américo de Almeida	JOSÉ OLYMPIO	1
02	A Capital Federal	Artur de Azevedo	RECORD	1
03	A Festa	Ivan Angelo	GERAÇÃO EDITORIAL	1
04	A Madona de Cedro	Antonio Callado	NOVA FRONTEIRA	1
05	A Moreninha	Joaquim Manuel de Macedo	RECORD	1
06	A Morte e a Morte de Quincas Berro D'água	Jorge Amado	RECORD	1
07	A Normalista	Adolfo Caminha	RECORD	1
08	A Paixão Segundo G.H.	Clarice Lispector	ROCCO	1
09	Angústia	Graciliano Ramos	RECORD	1
10	Auto da Compadecida	Arisano Suassuna	AGIR	1
11	Capitães de Areia	Jorge Amado	RECORD	1
12	Cidades Mortas	Monteiro Lobato	PALLOTTI	1
13	Ciranda de Pedra	Lygia Fagundes Telles	NOVA FRONTEIRA	1
14	Contos Reunidos	Rubem Fonseca	CIA DAS LETRAS	1
15	Crônica da Casa Assassinada	Lúcio Cardoso	NOVA FRONTEIRA	1
16	Dom Casmurro	Machado de Assis	RECORD	1
17	Duzentas Crônicas Escolhidas	Rubem Braga	RECORD	1
18	Fogo Morto	José Lins do Rego	JOSÉ OLYMPIO	1
19	Gabriela Cravo e Canela	Jorge Amado	RECORD	1
20	Grande Sertão: Veredas	João Guimarães Rosa	NOVA FRONTEIRA	1
21	Iaiá Garcia	Machado de Assis	RECORD	1
22	Iracema	José de Alencar	RECORD	1
23	Lavoura Arcaica	Raduan Nassar	CIA DAS LETRAS	1
24	Manuelzão e Migulim (Corpo de Baile)	João Guimarães Rosa	NOVA FRONTEIRA	1
25	Mar Morto	Jorge Amado	RECORD	1
26	Marques Rebelo: Os Melhores Contos	Marques Rebelo	GLOBAL	1
27	Memorial de Maria Moura	Rachel de Queiroz	SICILIANO	1
28	Memórias do Cárcere (Vols. 1 e 2)	Graciliano Ramos	RECORD	2
29	Memórias Póstumas de Brás Cubas	Machado de Assis	RECORD	1
30	Menino de Engenho	José Lins do Rego	JOSÉ OLYMPIO	1
31	Minha Formação	Joaquim Nabuco	RECORD	1
32	No Urubuquaquá, no Pinhém (Corpo de Baile)	João Guimarães Rosa	NOVA FRONTEIRA	1
33	Noites do Sertão (Corpo de Baile)	João Guimarães Rosa	NOVA FRONTEIRA	1
34	Nove, Novena	Osman Lins	CIA DAS LETRAS	1
35	O Coronel e o Lobisomen	José Cândido de Carvalho	JOSÉ OLYMPIO	1
36	O Encontro Marcado	Fernando Sabino	RECORD	1
37	O Mulo	Darcy Ribeiro	RECORD	1
38	O Quinze	Rachel de Queiroz	SICILIANO	1
39	O Tempo e o Vento -O Arquipélago – (vols. 1 a 3) -O Continente – (vols. 1 e 2) -O Retrato – (vols. 1 e 2)	Érico Veríssimo	GLOBO	7
40	O Vampiro de Curitiba	Dalton Trevisan	RECORD	1
41	Obras Seletas (vols. 6 a 8)	Rui Barbosa	RECORD	3
42	Ópera dos Mortos	Autran Dourado	ROCCO	1
43	Os Cavalinhos de Platiplanto	José J. Veiga	BCD	1
44	Os Sertões	Euclides da Cunha	RECORD	1
45	Os Tambores de São Luís	Josué Montello	NOVA FRONTEIRA	1
46	Perto do Coração Selvagem	Clarice Lispector	ROCCO	1
47	Poesia Completa e Prosa: Seleção de Prosa	Manuel Bandeira	NOVA FRONTEIRA	1

FICÇÃO PROSA				
Nº DE TÍTULOS	OBRAS	AUTOR	EDITORA	Nº DE VOL.
48	Quarup	Antonio Callado	NOVA FRONTEIRA	1
49	Quase Memória	Carlos H. Cony	CIA. DAS LETRAS	1
50	Quincas Borba	Machado de Assis	RECORD	1
51	Recordações do Escrivão Isaias Caminha	Lima Barreto	RECORD	1
52	República dos Sonhos	Nélida Piñon	RECORD	1
53	Sagarana	João Guimarães Rosa	NOVA FRONTEIRA	1
54	Senhora	José de Alencar	RECORD	1
55	Serafim Ponte Grande	Oswald de Andrade	GLOBO	1
56	Sermões (vols. 1 a 12)	Padre Antônio Vieira	EDELBRA	12
57	Sítio do Picapau Amarelo: -A Chave do Tamanho -A Reforma da Natureza -Aritmética da Emília -Aventuras de Hans Staden -Caçadas de Pedrinho -Dom Quixote das Crianças -Emília no País da Gramática -Fábulas -Geografia de Dona Benta -História das Invenções -Histórias de Tia Nastácia -Histórias Diversas -Histórias do Mundo Para Crianças -Memórias da Emília -O Minotauro -O Poço do Visconde -O Picapau amarelo -O Saci -Os Doze Trabalhos de Hércules – 1 a 6 -Os Doze Trabalhos de Hércules – 7 a 12 -Peter Pan -Reinações de Narizinho -Serões de Dona Benta -Viagem ao Céu	Monteiro Lobato	PALLOTTI	24
58	Teatro Completo: -Peças Míticas -Peças Psicológicas	Nelson Rodrigues	NOVA FRONTEIRA	2
59	Triste Fim de Policarpo Quaresma	Lima Barreto	RECORD	1
60	Urupês	Monteiro Lobato	PALLOTTI	1
61	Vidas Secas	Graciliano Ramos	RECORD	1
62	Vila dos Confins	Mário Palmério	EDIURO	1
63	Viva o Povo Brasileiro	João Ubaldo Ribeiro	NOVA FRONTEIRA	1
TOTAL				107
FICÇÃO POESIA				
Nº DE TÍTULOS	OBRAS	AUTOR	EDITORA	Nº DE VOL.
01	Antologia de Antologias: 101 poetas brasileiros revisitados	Magaly Trindade Gonçalves-Zélia Thomaz de Aquino – Zina Bellodi Silva	MUSA	1
02	Antologia Poética	Carlos Drummond de Andrade	RECORD	1
03	Antologia Poética	Mário Quintana	EDIURO	1
04	Cobra Norato	Raul Bopp	JOSÉ OLYMPIO	1
05	Espumas Flutuantes	Castro Alves	RECORD	1
06	O Uruguay	Basílio da Gama	RECORD	1
07	Obras Completas -A Educação pela Pedra e Depois -Serial e Antes	João Cabral de Melo Neto	NOVA FRONTEIRA	2

FICÇÃO POESIA				
Nº DE TÍTULOS	OBRAS	AUTOR	EDITORA	Nº DE VOL.
08	Poemas	Fagundes Varela	RECORD	1
09	Poesia Completa – (vols. 1 a 3)	Jorge de Lima	NOVA AGUILAR	3
10	Poesia Completa – (vols. 1 a 4)	Cecília Meireles	NOVA FRONTEIRA	4
11	Poesia Completa e Prosa -A Arca de Noé -Antologia Poética -Livros de Sonetos	Vinícius de Moraes	CIA DAS LETRAS	3
12	Poesia Completa e Prosa – (vols. 1 a 4)	Murilo Mendes	NOVA AGUILAR	4
13	Poesia Completa e Prosa: Estrela da Vida Inteira	Manuel Bandeira	NOVA FRONTEIRA	1
14	Poesias	Raimundo Correia	RECORD	1
15	Poesias Completas	Cruz e Sousa	RECORD	1
16	Toda Poesia – 1950-1987	Ferreira Gullar	JOSÉ OLYMPIO	1
	TOTAL			27
NÃO FICÇÃO				
Nº DE TÍTULOS	OBRAS	AUTOR	EDITORA	Nº DE VOL.
01	A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil	José Murilo de Carvalho	CIA DAS LETRAS	1
02	A Literatura no Brasil -Generalidades -Era Barroca/Era Neoclássica -Era Romântica -Era Realista/Era de Transição -Era Modernista -Relações e Perspectivas	Afrânio Coutinho	GLOBAL	6
03	Arquitetura Brasileira	Carlos A . C. Lemos	CIA. MELHORAMENTOS	1
04	Artistas Coloniais	Rodrigo de Melo Franco	NOVA FRONTEIRA	1
05	As Razões do Iluminismo	Sérgio Paulo Rouanete	CIA. DAS LETRAS	1
06	Carnavais, Malandros e Heróis	Roberto Augusto Damatta	ROCCO	1
07	Casa Grande e Senzala	Gilberto Freyre	RECORD	1
08	Coronelismo, Enxada e Voto	Victor Nunes Leal	NOVA FRONTEIRA	1
09	De Anchieta a Euclides	José Guilherme Merquior	TOPBOOKS	1
10	Diários Índios: Os Urubus-Kaapor	Darcy Ribeiro	CIA. DAS LETRAS	1
11	Formação do Brasil Colonial	Maria José C. de Wehling/Arno Wehling	NOVA FRONTEIRA	1
12	Formação do Brasil Contemporâneo	Caio Prado Júnior	PALLOTTI	1
13	Formação Econômica do Brasil	Celso Furtado	CIA. NACIONAL	1
14	História da Literatura Brasileira	José Veríssimo	RECORD	1
15	História Econômica do Brasil	Caio Prado Júnior	PALLOTTI	1

NÃO FICÇÃO				
Nº DE TÍTULOS	OBRAS	AUTOR	EDITORIA	Nº DE VOL.
16	História Geral da Civilização Brasileira: -A Época Colonial. Do Descobrimento à Expansão Territorial tomo 1 v. 1 -Época Colonial. Administração, Economia e Sociedade tomo 1 v. 2 -O Brasil Monárquico. O Processo de Emancipação tomo 2 v. 1 -O Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade tomo 2 v. 2 -O Brasil Monárquico. Reações e Transações tomo 2 v. 3 -O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império tomo 2 v. 4 -O Brasil Monárquico. Do Império à República tomo 2 v. 5 -O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia tomo 3 v. 1 -O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições tomo 3 v. 2 -O Brasil Republicano – Sociedade e Política tomo 3 v. 3 -O Brasil Republicano. Economia e Cultura tomo 3 v. 4	Sérgio Buarque de Holanda	BCD	11
17	Mauá-Empresário do Império	Jorge Caldeira	CIA. DAS LETRAS	1
18	Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos	Ecléa Bosi	CIA. DAS LETRAS	1
19	Música Popular: Um Tema em Debate	José Ramos Tinhorão	EDITORA 34	1
20	O Brasil Nação	Manoel Bonfim	RECORD	1
21	O Panorama do Segundo Império	Nelson Werneck Sodré	GRAPHIA	1
22	Obras Completas: Prosa	João Cabral de Melo Neto	NOVA FRONTEIRA	1
23	Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.	José Murilo de Carvalho	CIA. DAS LETRAS	1
24	Os Donos do Poder – (vols. 1 e 2)	Raymundo Faoro	GLOBO	2
25	Os Parceiros do Rio Bonito	Antonio Candido	EDITORA 34	1
26	Panorama do Teatro Brasileiro	Sábato Magaldi	GLOBAL	1
27	Raízes do Brasil	Sérgio Buarque de Holanda	CIA. DAS LETRAS	1
28	Sobrados e Mucambos	Gilberto Freyre	RECORD	1
29	Um Mestre na Periferia do Capitalismo	Roberto Schwarz	EDITORA 34	1
30	Visão do Paraíso	Sérgio Buarque de Holanda	PALLOTTI	1
	TOTAL			46

OBRAS DE REFERÊNCIA				
Nº DE TÍTULOS	OBRAS	AUTOR	EDITORA	Nº DE VOL.
01	Atlas Atual Geografia	Vicenzo Raffaele Bochicchio	ATUAL	1
02	Atlas da Fauna Brasileira	José Cândido de Melo Carvalho	MEC/FAE	1
03	Atlas Escolar de Botânica	Ronaldo Fernandes de Oliveira, et al.	MEC/FAE	1
04	Atlas Geográfico Ilustrado	Graça Maria Lemos Ferreira Marcello Martinelli	MODERNA	1
05	Atlas Geográfico Melhoramentos	Pc. Geraldo José Pauwels	MELHORAMENTOS	1
06	Dicionário da Língua Portuguesa – Larousse Cultural		MODERNA	1
07	Dicionário Didático de Português	Maria Tereza Camargo Biderman	ÁTICA	1
08	Dicionário Etimológico	Antônio G. da Cunha	NOVA FRONTEIRA	1
09	Geoatlas	Maria Elena Simielli	ÁTICA	1
10	Koogan/Houaiss – Enciclopédia e Dicionário Ilustrado -	Antônio Houaiss	SEIFER	1
11	Manual de Redação e Estilo	Eduardo Martins	MODERNA	1
12	Melhoramentos Minidicionário da Língua Portuguesa		MELHORAMENTOS	1
13	Moderna Gramática Portuguesa	Evanildo Bechara	CIA. NACIONAL	1
14	Moderno Atlas Geográfico	Graça Maria Lemos Ferreira	MODERNA	1
15	Nova Enciclopédia Barsa – (vols 1 a 18)		BRITÂNICA	18
16	Nova Gramática do Português Contemporâneo	Celso Cunha/Lindley Cintra	NOVA FRONTEIRA	1
17	Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa	Aurélio Buarque de Holanda Ferreira	NOVA FRONTEIRA	1
18	Novo Dicionário da Língua Portuguesa	Dermival Ribeiro Rios	DCL	1
	TOTAL			35
	TOTAL GERAL			215

TABELA 4 – DIAP
PROGRAMA NACIONAL DE EDITORAÇÃO KITS DISTRIBUÍDOS – 1998 (Em R\$)

COMPOSIÇÃO DO KIT			
UNIVERSIDADE			
	QTD	MATERIAL	VALOR
	2	CADERNO COM 48 FOLHAS	0,80
	3	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL	0,42
	3	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA	0,42
	2	CANETA HIDRICOR CX. C/ 12	2,98
	20	CARTOLINA	2,80
	3	BORRACHA ESCOLAR	0,30
	1	RÉGUA 30 CM.	0,17
	1	LAPIS DE COR C/ 12 CORES GRANDE	1,37
	1	PRE-LIVRO ALFAB. - 1ª PARTE	1,43
	1	PRE-LIVRO ALFAB. - 2ª PARTE	1,87
	1	UNID. TEMÁTICA DO ALUNO - ALFAB. I	0,86
	1	UNID. TEMÁTICA DO ALUNO - ALFAB. II	0,94
	1	MATEMATICA PRÉ-LIVRO	1,07
	1	UNID. TEMÁTICA DO ALUNO - MATEMATICA I	0,98
	1	UNID. TEMÁTICA DO ALUNO - MATEMATICA II	1,01
	1	DIAGNOSTICANDO NECESSIDADE DE APRENDIZADO	0,77
	1	MANUAL DO PROFESSOR – ALFABETIZAÇÃO	2,00
	1	MANUAL DO PROFESSOR – MATEMATICA	2,00
		VALOR TOTAL DO KIT	22,19

PESO DOS LIVROS: 3,002Kg / PESO DO MATERIAL DE APOIO: 2,260Kg / PESO TOTAL: 5.262Kg

COMPOSIÇÃO DO KIT MUNICÍPIO			
	QTD	MATERIAL	VALOR
	5	CADERNO COM 48 FOLHAS	0,80
	5	LAPIS PRETO	0,45
	1	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL	0,14
	1	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA	0,14
	3	BORRACHA ESCOLAR	0,30
	1	RÉGUA 30 CM.	0,17
	1	APONTADOR	0,14
	1	LAPIS DE COR C/ 12 CORES GRANDE	1,37
	1	PRÉ-LIVRO ALFAB. - 1ª PARTE	1,43
	1	PRÉ-LIVRO ALFAB. - 2ª PARTE	1,87
	1	UNID. TEMÁTICA DO ALUNO - ALFAB. I	0,86
	1	UNID. TEMÁTICA DO ALUNO - ALFAB. II	0,94
	1	MATEMATICA PRÉ-LIVRO	1,07
	1	UNID. TEMÁTICA DO ALUNO - MATEMATICA I	0,98
	1	UNID. TEMÁTICA DO ALUNO - MATEMATICA II	1,01
		VALOR TOTAL DO KIT	11,87

PESO DOS LIVROS: 1,600Kg / PESO DO MATERIAL DE APOIO: 0,600Kg / PESO TOTAL: 2,200Kg

TABELA 5 - DIAP
PRINCIPAIS DESPESAS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA – 1998 (Em R\$)

ELEMENTO DE GASTO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PART. %
MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ADMINISTRACAO GERAL			
319001	APOSENTADORIAS E REFORMAS	499.413	1,26
319003	PENSOES	13.940	0,04
319008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	0	0,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	12.262.386	31,00
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	1.121.133	2,83
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS – PESSOAL CIVIL	6.350	0,02
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	63.988,00	0,16
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	115.904	0,29
343041	CONTRIBUICOES	52.009	0,13
349014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL	818.678	2,07
349030	MATERIAL DE CONSUMO	526.607	1,33
349032	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	0	0,00
349033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	485.796	1,23
349035	SERVICOS DE CONSULTORIA	404.918	1,02
349036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	113.284	0,29
349037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.386.318	3,50
349039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	16.391.197	41,44
349047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.614	0,02
349091	SENTENCAS JUDICIAIS	0	0,00
349092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.100.965	2,78
349093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	75.566	0,19
459039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	4.842	0,01
459052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	175.108	0,44
459092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	14.600	0,04
469064	AQUISICAO TIT.REPRES.DE CAP.JA INTEGRALIZADO	0	0,00
SUBTOTAL		35.639.616	90,10
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZACAO DO SME			
349014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL	131.033	0,33
349030	MATERIAL DE CONSUMO	0	0,00
349033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	158.411	0,40
349036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	0	0,00
349039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.007.356	5,07
349092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	22.794	0,06
SUBTOTAL		2.319.594	5,86
PASEP			
349047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.596.612	4,04
SUBTOTAL		1.596.612	4,04
TOTAL		39.555.823	100,00
FONTE: GEPLD/DIAFI			

ESTE DOCUMENTO DEVE SER DEVOLVIDO
NA ÚLTIMA DATA REGISTRADA

30 OUT 2000

03 FEV 2002

FNDE. Relatório de Atividades

Autor 1998.

Relatório de Atividades 1998.

Título

Devolver em

Nome do Leitor

30 OUT 2000
2002 03 0

Josília

Helena (IPEA)

315 5290
3155442

Biblioteca "Profa. Ecilda Ramos de Souza"

Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação.